

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Letícia Souza Moraes

**OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO
DESENVOLVIMENTO INFANTOJUVENIL: uma revisão
sistemática da literatura**

Taubaté – SP

2023

Letícia Souza Morais

**OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO
DESENVOLVIMENTO INFANTOJUVENIL: uma revisão
sistemática da literatura**

Trabalho de Graduação apresentado como
requisito parcial para conclusão do curso
de Psicologia na Universidade de Taubaté.

Orientadora: Prof. Ma. Monique Marques
Godoy-Dolcinotti

Taubaté – SP

2023

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi
Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Universidade de Taubaté – UNITAU

M827i Morais, Leticia Souza
Os impactos da violência doméstica no desenvolvimento
infantojuvenil : uma revisão sistemática da literatura / Letícia Souza
Morais. -- 2023.
74 f. : il.

Monografia (graduação) – Universidade de Taubaté,
Departamento de Psicologia, 2023.

Orientação: Profa. Ma. Monique Marques Godoy-Dolcinotti,
Departamento de Psicologia.

1. Violência doméstica. 2. Desenvolvimento infantil. 3. Maus-
tratos. 4. Família. I. Universidade de Taubaté. Departamento de
Psicologia. Curso de Psicologia. II. Título.

CDD – 362.7

Letícia Souza Morais

**OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO
DESENVOLVIMENTO INFANTOJUVENIL: uma revisão
sistemática da literatura**

Trabalho de Graduação apresentado como
requisito parcial para conclusão do curso
de Psicologia na Universidade de Taubaté.

Orientadora: Prof. Ma. Monique Marques
Godoy-Dolcinotti

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Ma. Monique Marques Godoy-Dolcinotti

Assinatura _____

Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho agradeço aos meus pais, por nunca terem medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade durante todo o meu período acadêmico. Agradeço também a minha irmã e meu irmão, pelo companheirismo, cumplicidade e pelo apoio em todos os momentos da minha vida. Um agradecimento especial ao meu companheiro de vida que esteve presente em toda a minha jornada acadêmica e tem um papel importante desde que entrou em minha vida. As amigas que a faculdade me proporcionou, que se fizeram presente em aulas, intervalos, supervisões, e em momentos especiais tanto da minha vida acadêmica quanto pessoal. A professora Monique que, além de me acompanhar nas orientações de estágio, se tornou minha orientadora de TG, sempre muito compreensiva, dedicada e disponível a compartilhar o seu amplo conhecimento. E, por fim, mas não menos importante, a professora Adriana que me acolheu durante os estágios específicos, sempre guiando o meu aprendizado. Meus sinceros agradecimentos a todos envolvidos.

RESUMO

O presente trabalho se baseia na investigação da relação entre a violência doméstica e o desenvolvimento infantil. Possui o intuito de compreender a circunstância em que as crianças vítimas da violência estão inseridas e os impactos que a situação de violência pode causar no desenvolvimento social e emocional da criança e do adolescente e, principalmente, como ela é retratada e está caracterizada em artigos nacionais nos últimos cinco anos. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática de literatura, sendo analisados artigos científicos completos e disponíveis na base de dados eletrônicos da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e SciELO (Scientific Electronic Library Online) no período de 2018 a 2022. Os vinte e dois artigos coletados foram analisados qualitativamente e quantitativamente. Os dados obtidos através da busca virtual receberam tratamento estatístico e de análise de conteúdo, adotando abordagem mista para a pesquisa. A análise dos artigos ocorreu quantitativamente com relação aos dados metodológicos e cientométricos, com relação ao ano de publicação, região de estudo, abordagem metodológica, população, fontes bibliográficas e documentais e delineamento de pesquisa. Na análise qualitativa analisou-se os dados com relação aos objetivos dos artigos, conclusão e tendências futuras. Os resultados encontrados na pesquisa apontam para a dificuldade do profissional atender a vítima e famílias em situação de violência, a importância da participação da família, a influência que a violência sofrida causa em diferentes fases da vida como infância, adolescência e vida adulta e a necessidade de mais políticas públicas para reduzir a ocorrência da violência ou as consequências que a mesma produz. Em suma os dados apresentados reforçam a importância do estudo a cerca do tema.

Palavras-chave: Violência doméstica. Desenvolvimento infantil. Maus-tratos. Família.

ABSTRACT

THE IMPACTS OF DOMESTIC VIOLENCE ON CHILD AND YOUTH DEVELOPMENT: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

The present work is based on the investigation of the relationship between domestic violence and child development. It aims to understand the circumstances in which children who are victims of violence are inserted and the impacts that the situation of violence can have on the social and emotional development of children and adolescents and, mainly, how it is portrayed and characterized in national articles in the last five years. To this end, a systematic literature review was carried out, analyzing complete scientific articles available in the electronic databases of the VHL (Virtual Health Library) and SciELO (Scientific Electronic Library Online) from 2018 to 2022. The twenty-two Collected articles were analyzed qualitatively and quantitatively. The data obtained through the virtual search received statistical treatment and content analysis, adopting a mixed approach to the research. The analysis of the articles occurred quantitatively in relation to methodological and scientometric data, in relation to the year of publication, region of study, methodological approach, population, bibliographic and documentary sources and research design. In the qualitative analysis, the data was analyzed in relation to the objectives of the articles, conclusion and future trends. The results found in the research point to the difficulty for professionals to assist victims and families in situations of violence, the importance of family participation, the influence that suffered violence causes in different stages of life such as childhood, adolescence and adulthood and the need of more public policies to reduce the occurrence of violence or the consequences it produces.

Keywords: Domestic violence. Child development. Mistreatment. Family.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Artigos encontrados e artigos selecionados	19
Tabela 2: Ano de publicação dos artigos	35
Tabela 3: Região dos estudos	35
Tabela 4: Distribuição dos artigos pela abordagem	36
Tabela 5: Distribuição dos artigos pela população	37
Tabela 6: Distribuição dos artigos pelas fontes bibliográficas e documentais	38
Tabela 7: Distribuição dos artigos pelo delineamento de pesquisa	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Apresentação dos artigos analisados	23
Quadro 2: Principais conclusões dos artigos sobre estrutura da situação de violência	49
Quadro 3: Principais conclusões sobre práticas profissionais	51
Quadro 4: Principais conclusões sobre relações familiares	53
Quadro 5: Principais conclusões dos artigos sobre impactos e repercussões	55
Quadro 6: Tendências futuras dos artigos	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Categoria dos temas	41
Figura 2: Objetivo dos artigos sobre estrutura da situação de violência	42
Figura 3: Objetivo dos artigos sobre práticas profissionais	44
Figura 4: Objetivo dos artigos sobre relação familiar	45
Figura 5: Objetivo dos artigos sobre impactos e repercussões da violência doméstica	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
1.1	PROBLEMA.....	6
1.2	OBJETIVOS.....	6
1.2.1	Objetivo Geral.....	7
1.2.2	Objetivos específicos.....	7
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	7
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	8
1.5	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE GRADUAÇÃO.....	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1	DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	10
2.2	CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA	13
2.3	CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	17
3	MÉTODO.....	20
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	20
3.2	FONTES BIBLIOGRÁFICAS	20
3.3	PROCEDIMENTO PARA A COLETA DE DADOS	21
3.4	PROCEDIMENTO PARA A ANÁLISE DE DADOS.....	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
4.1	APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS ANALISADOS.....	25
4.2	ANÁLISE QUANTITATIVA.....	37
4.3	ANÁLISE QUALITATIVA.....	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um problema de proporção alarmantes em todo o mundo, causando diferentes impactos, que afetam não apenas as vítimas adultas, mas também as crianças que testemunham ou são diretamente expostas a esses episódios de violência. Sendo, portanto, um fenômeno complexo, que pode se apresentar de diversas formas no âmbito familiar e/ou doméstico, como o abuso físico, psicológico, emocional e sexual.

Desta forma, a criança precisa de um adulto para suprir as suas necessidades físicas e emocionais e que seja capaz de proporcionar um ambiente seguro que estimule o seu desenvolvimento, com isso, destaca-se a importância da família como a primeira instituição social que garanta um ambiente saudável. E não apenas um ambiente fisicamente seguro, mas um ambiente emocionalmente seguro para o seu desenvolvimento (MADALENA; FALCKE, 2020). Nesse sentido, é necessário refletir sobre o que ocorre quando os adultos que deveriam garantir o bem-estar da criança, são justamente aqueles que geram alto nível de estresse no ambiente. As experiências de violência sofridas dentro de casa, com os pais sendo os principais agressores, podem ser devastadoras ao longo de todo desenvolvimento

Crianças que crescem em lares afetados pela violência frequentemente enfrentam desafios significativos em seu desenvolvimento social e emocional, efeitos que são perpetuados ao longo da vida, afetando a capacidade das crianças estabelecerem relacionamentos saudáveis, desenvolverem autoestima, bem como a sua saúde mental e emocional. Para Campos (2004), o efeito principal do suporte percebido pela criança é sentir-se valorizada, amada, reconhecida, compreendida, cuidada e protegida. Segundo a Organização das Nações Unidas (2020), metade das crianças do mundo, aproximadamente um bilhão, é afetada por violência física, sexual ou psicológica a cada ano, sofrendo lesões, incapacidade e morte em razão do não cumprimento por parte dos países das estratégias estabelecidas para protegê-las.

O Brasil é um dos países com as mais altas taxas de maus-tratos com a criança, fazendo com que esse problema cause um grande problema de saúde pública, além dos pais serem considerados os principais causadores da violência contra as crianças (VIOLA et al., 2016). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2014), um quarto dos adultos relataram terem sido abusados fisicamente na infância, além de uma em cada cinco mulheres e um em cada treze homens relataram ter sofrido abuso sexual quando crianças.

A violência doméstica quando acometida em crianças, se torna um forte estressor em relação ao processo normal de crescimento e desenvolvimento (NUNES; SALES, 2016). A problemática alcançou relevância política e visibilidade entre as sociedades a partir da década de 1990, com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que tem como finalidade garantir a criança e ao adolescente, a promoção de saúde e a prevenção de agravos, tornando obrigatória a identificação e a denúncia de violência. Desta forma, o Estado passou a ter instrumentos legais de proteção nas situações de violência na infância.

Sendo assim, este estudo se propõe a explorar os impactos da violência no desenvolvimento social e emocional da criança, em artigos de 2018 a 2022. Um tópico de grande importância para a compreensão das consequências a longo prazo desse fenômeno devastador.

1.1 PROBLEMA

Como a literatura brasileira caracteriza o impacto da violência doméstica no desenvolvimento emocional e social da criança nos últimos no período de 2018 a 2022?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar e analisar como os impactos da violência doméstica no desenvolvimento social e emocional da criança está caracterizado em artigos científicos nacionais no período de 2018 a 2022.

1.2.2 Objetivos Específicos

Levantar e analisar:

- Ano de publicação dos artigos;
- Região onde o estudo foi realizado;
- Objetivo dos artigos;
- População e amostra da pesquisa;
- Tipo de pesquisa quanto à abordagem e delineamento;
- Principais conclusões;
- Tendências futuras.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Para o presente estudo foram identificados e analisados vinte e dois artigos nacionais de 2018 a 2022 que apresentam sobre violência doméstica, e como estes concebem os impactos causados a infância. Foram utilizados apenas artigos nacionais, a fim de investigar a realidade brasileira, dado que, a violência é um problema de saúde pública. As bases de dados que foram utilizadas para a coleta dos artigos foram BVS e Scielo.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Diante das condições atuais, a violência doméstica representa uma séria ameaça ao desenvolvimento infantil. Compreender os seus impactos é fundamental para garantir a proteção dos direitos das crianças e promover ambientes seguros para o seu crescimento e desenvolvimento. A exposição à violência doméstica pode ter efeitos prejudiciais na saúde física e mental das crianças, incluindo traumas psicológicos, ansiedade, problemas de comportamento, depressão, entre outros (RIBEIRO et al., 2009).

A partir dos dados coletados em 2021, segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (ONDH), a violência contra crianças e adolescentes atingiu o número de 50.098 denúncias no primeiro semestre de 2021. Desse total, 40.822 ocorreram dentro da casa da vítima, o que representa 81%. A mãe aparece como a principal violadora, com 15.285 denúncias; seguido pelo pai, com 5.861; padrasto ou madrasta, com 2.664; e outros familiares, com 1.636 registros.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (ONDH), 30.570 denúncias, o que corresponde a 93%, são contra a integridade física ou psíquica da vítima. Entre as denúncias, 7.051 correspondem a restrições de algum tipo de liberdade ou direito individual da criança e do adolescente, além de 3.355 vítimas terem direitos sociais básicos, como proteção e alimentação negados.

Diante desses dados, é possível reconhecer que grande parte da violência contra a criança e o adolescente ocorre em casa, compreender como a violência doméstica afeta o desenvolvimento das crianças é fundamental para quebrar o ciclo intergeracional de violência, crianças que crescem em lares violentos têm maior probabilidade de perpetuar o padrão, a menos que ocorram intervenções.

Estudo sobre o tema podem aumentar a conscientização pública sobre a gravidade do problema, podendo ajudar a desenvolver estratégias de prevenção,

apresentando, portanto, implicações diretas para a proteção da infância, saúde mental, prevenção da violência e promoção de ambientes seguros.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE GRADUAÇÃO

Este trabalho de Graduação está dividido em sete seções denominadas: Introdução, Revisão de Literatura, Método, Resultados e discussões, Considerações finais e Referências.

Na introdução apresenta-se rapidamente o tema abordado, os objetivos gerais e específicos, a delimitação, a relevância e a organização do projeto. Na revisão de literatura apresenta-se a descrição e caracterização do processo de desenvolvimento infantil, a caracterização dos tipos de violência e a caracterização da violência doméstica. No Método é apresentado o tipo de pesquisa realizada, as fontes bibliográficas, procedimento para a coleta de dados e procedimento para a análise de dados. Nos resultados e Discussão são apresentados os objetivos, as conclusões e tendências futuras dos artigos analisados, e para a análise desses aspectos, as informações se apresentam divididas em categorias, conforme o assunto abordado. As considerações finais trazem um levantamento de aspectos que mais foram abordados nos resultados do trabalho. Por fim, nas referências contém as fontes utilizadas para o levantamento de dados e procedimentos realizados na pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Desde o nascimento os seres humanos passam por um processo de transformação. Para Papalia e Feldman (2013), as transformações que as pessoas passam na vida apresentam certos padrões em comum. O campo do desenvolvimento humano concentra seus estudos nos processos sistemáticos de mudanças e estabilidade que ocorrem nas pessoas, podendo causar um grande impacto ao longo da vida, impactos na criação, educação e saúde das crianças.

A ideia de desenvolvimento humano, está relacionada a uma evolução, em que todos passamos ao longo do ciclo vital, nem sempre, essa evolução será linear, ela se dá em diferentes campos da existência como, afetivo, cognitivo, social e motor, ou seja, não é determinada apenas por processos de maturação genética e biológica. A cultura, a sociedade, as interações são um fator de máxima importância no desenvolvimento humano, pela interação social o ser humano aprende e se desenvolve, criando formas de agir no mundo (PASSOS; RABELLO, 2010).

Na psicologia do desenvolvimento, se tem diferentes perspectivas. Piaget (1972) afirma que a capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir de trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio, as teorias sociointeracionistas concebem o desenvolvimento infantil como um processo dinâmico, com isso, as crianças não são passivas e apenas receptoras de informações, mas através de seu próprio corpo e ambiente, assim como a interação com outras crianças e adultos, desenvolvem a capacidade afetiva, a sensibilidade, autoestima, o raciocínio, o pensamento e a linguagem, essas articulações entre os diferentes níveis de desenvolvimento (motor, afetivo e cognitivo) não se dão de forma isolada mas de maneira integrada e simultânea.

Vygotsky (1996), por meio da teoria sociointeracionista afirma que, o desenvolvimento humano se dá por meio das relações e nas trocas entre

parceiros sociais, por meio da interação e mediação. Enfatiza, portanto, o processo histórico-social e o papel da linguagem no desenvolvimento. O autor afirma que o sujeito é interativo e adquire conhecimento a partir de relações interpessoais. Sua abordagem buscava caracterizar os aspectos humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como as características humanas se formam ao longo da história do indivíduo.

É importante destacar que Vygotsky e Piaget apresentaram diferenças significativas em suas abordagens teóricas, enquanto Vygotsky enfatizava a influência do ambiente social e culturas, Piaget afirmava que o desenvolvimento cognitivo era uma função da maturação biológica (SOUZA; KRAMER, 1991). No entanto é válido ressaltar que ambos destacavam a importância da influência no desenvolvimento infantil. Os autores concordavam que o contexto em que as crianças vivem e interagem desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de suas habilidades cognitivas.

Papalia e Feldman (2013), o processo de socialização desenvolve habilidades e hábitos que fazem com que a criança se torne membro responsável e produtivo em uma sociedade, desta maneira, o modo com que os pais se relacionam com os filhos permite prever se a dificuldade da socialização, as relações mutualmente afetuosas entre pais e filhos favorecem o desenvolvimento da consciência moral.

O principal fator de risco para o desenvolvimento infantil é o maltrato à criança, seja em diferentes situações de violência, como a negligência e o abuso, com isso, há uma associação à psicopatologia do desenvolvimento. Segundo Barnett (1997), as consequências do abuso e da negligência estão relacionadas a cognição, linguagem, desempenho acadêmico e desenvolvimento socioemocional, sendo assim, as crianças maltratadas podem apresentar déficit em habilidades de regular afetos e em comportamentos gerais.

As consequências da violência contra a criança e ao adolescente são perpetradas até os dias atuais, para Carvalho, et al. (2020) a criança ao ser considerada um ser biopsicossocial, a violência não apresenta apenas consequências psicológicas, mas também outros que prejudicavam o

desenvolvimento biopsicossocial da criança, como a desnutrição e o comportamento inadequado.

Os maus-tratos causados pelos pais ou por outras pessoas colocam a criança em uma situação de risco. Pais que estão em um cenário de dificuldades conjugais e se agredem fisicamente, tendem a agredir os filhos, uma vez que, os pais possam encontrar-se ansiosos, deprimidos ou hostis. O lar onde essas crianças se encontram geralmente é desorganizado, perpetuando maiores situações de estresses quando comparado a outras famílias. As consequências dos maus-tratos podem ser físicas, emocionais, cognitivas e sociais, e tendem a se relacionar entre si (PAPALIA; FELDMAN, 2013)

Para Bee (1995), a família é a principal responsável pelo processo de socialização da criança, por meio dessa, a criança adquire comportamentos, habilidades, valores apropriados e desejados pela cultura a qual está inserida. Diante deste contexto, a internalização das normas e regras irão permitir um desempenho social mais adequado e uma boa aquisição da autonomia.

O Ministério da Saúde (2002) identifica fatores de vulnerabilidade risco ao desenvolvimento infantil referentes à família e à criança. Como fatores de risco inerentes à família ele destaca famílias baseadas em uma distribuição desigual de autoridade e poder; famílias em que não há nenhuma diferenciação de papéis; famílias com nível de tensão permanente que se manifesta através da falta de diálogo; famílias com estrutura de funcionamento fechado; famílias que se encontram em situação de crise; baixo nível de autonomia entre os membros; presença de um modelo familiar violento; famílias com maior incidência de abuso de drogas e de antecedentes criminais ou uso de armas; comprometimento psicológico dos indivíduos e dependência econômica de seus membros.

Entre os fatores de risco inerentes à criança pode-se destacar, segundo o Ministério da Saúde (2002), pais com histórico de maus-tratos; gravidez de pais adolescentes; gravidez não planejada ou negada; gravidez de risco; depressão na gravidez; pais com múltiplos parceiros; ausência ou pouca manifestação positiva de afeto; perda de autocontrole entre os membro da família ao lidar com situações estressante; estilo disciplinar rigoroso e pais possessivos em relação aos filhos; crianças separadas da mãe ao nascer por

doença ou prematuridade; a falta de vínculo parental nos primeiros anos de vida e crianças nascidas com má-formação congênita ou com doenças crônicas, como retardo mental, anormalidades físicas e hiperatividade.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2005), a violência contra a criança pode ser compreendida como qualquer ação ou omissão que provoque danos, lesões ou transtornos a seu desenvolvimento. Pressupõe uma relação de poder desigual e assimétrica entre o adulto e a criança, a maior parte dos casos de violência contra a criança acontece no espaço em que ela costuma passar mais tempo, a casa, os tipos de agressão infantil são diversos, podendo ser caracterizado como violência física, violência sexual, violência psicológica e a negligência.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA

Entende-se que violência é um fenômeno amplo, o qual existem diversas formas de manifestações no cotidiano. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, ou outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

Para Dahlber e Krung (2006), junto ao uso da força física ou poder está incluso todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, expandindo a diferentes resultados produzidos, não sendo necessariamente sofrimento e morte, mas que impõem um peso em indivíduos, famílias e comunidades. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) caracteriza e distingue os diferentes tipos de violência em violência autodirigida, violência interpessoal e violência coletiva, a diferenciação ocorre para estabelecer uma diferença entre violência de uma pessoa a si mesmo e violência infligida por outro indivíduo, a

natureza dos atos violentos pode ser classificada em violência física, violência sexual, violência psicológica, violência relacionada a privação ou abandono.

Deve-se associar sinais e sintomas da violência aos indícios que ocasionaram a suspeita, visto que, não há sintomas específicos que caracterizam o sofrimento ou o adoecimento por diferentes tipos de violência. A identificação da vítima pode ocorrer em diferentes cenários, como em serviços de saúde, no ambiente escolar e em creches. Desta forma, se faz necessária a atenção de profissionais da saúde na estratégia de atuação coletiva contra a violência e no apoio à vítima e à família (CURRA; FERNANDES, 2007).

A participação dos profissionais da Atenção Básica em saúde, por meio de estratégias que relacionam saúde e família, podem facilitar a identificação precoce dos fatores de risco em situações de violência e no estabelecimento de intervenções nas situações de vulnerabilidade (LIMA et al., 2011). O acolhimento da criança e da família frente a uma situação de violência deve passar pelo processo de produção de saúde, diferenciando-se de uma triagem tradicional. A atenção básica desempenha um papel essencial na garantia do acesso e do acolhimento, visto que é o primeiro contato da criança e da família com o serviço. O acolhimento é feito da seguinte maneira: o profissional deve receber a criança e a família de maneira empática e respeitosa; deve acolher em um lugar específico para esse atendimento; deve acompanhar o caso e realizar os encaminhamentos necessários desde a entrada da criança no setor até a rede de cuidado e de proteção social; deve atuar de forma conjunta com toda a equipe (BRASIL, 2012).

A notificação dos casos de violência é um importante instrumento de proteção à criança, permite que o profissional de saúde atue na perspectiva de prevenção da violência, mediante a orientação e o acompanhamento das famílias. Frequentemente o profissional de saúde se depara com situações de difícil diagnóstico e desconhece qual encaminhamento deve fazer a criança e vítima, desta forma, é ressaltada a importância de uma avaliação multidisciplinar, em que diferentes profissionais de diferentes áreas podem compartilhar decisões frente ao caso (FERNANDES, 2007).

Maia e Willians (2005) afirmam que a violência física envolve maus tratos corporais como espancamento, queimaduras, fraturas, contusões, e suas consequências em crianças abrangem impactos negativos para o desenvolvimento. A negligência ocorre, por sua vez, quando se priva a criança de algo essencial para o seu desenvolvimento, podendo levar a desnutrição e ao atraso global do desenvolvimento.

Para o Ministério da Saúde (2012), as crianças mais novas estão mais expostas à agressão física, em relação ao gênero, os meninos sofrem mais agressão física. A violência física, é caracterizada pelo uso de força ou de ações, praticadas por pais ou responsáveis ou por pessoas desconhecidas, com o objetivo claro ou não de ferir, podendo deixar ou não marcas evidentes. A negligência é caracterizada pela omissão do responsável pela criança em promover as necessidades básicas para o desenvolvimento físico, mental e social, como a privação de medicamentos, descuido com a higiene, ausência de proteção contra temperaturas climáticas, privação de alimentos, impedimento de frequentar escola, e o abandono que é forma extrema de negligência.

Dentre os sinais de violência física encontra-se frequentemente equimose, hematomas e escoriações, encontrados normalmente em locais não visíveis e protegidos como braços, coxas, nádegas, costas, orelhas, mãos e pés. Entre as lesões devem ser observados se são compatíveis à idade a ao desenvolvimento psicomotor da criança, lesões não justificáveis pelo acidente relatado, lesões que remetem à objetos e partes do corpo de agressores como mãos, lesões circulares no pescoço, ausência de cabelo, lesões que envolvam regiões do corpo usualmente cobertas (BRASIL, 2012).

A violência psicológica ocorre quando o indivíduo é submetido a ameaças, humilhações e privação emocional, sendo, portanto, a violência mais difícil de ser identificada. Silva (2007) entende que a violência psicológica é uma forma de agressão que deriva de palavras, gestos e olhares sem que haja contato físico, não afetando diretamente só a vítima, mas todos que convivem com a situação de violência. Os filhos ao testemunharem a violência psicológica entre os pais, podem passar a reproduzir a violência por meio da identificação ou

mimetismo, e futuramente podem reproduzir a violência com seus futuros companheiros.

Para o Ministério da Saúde (2012), a violência psicológica é toda forma de rejeição, depreciação e desrespeito cometidos contra a criança em virtude de favorecer as necessidades psíquicas do adulto. Cobranças e punições exageradas são formas de violência psicológica que trazem significativos danos ao desenvolvimento da criança. A violência psicológica está entre as mais difíceis de ser identificada, apesar de ocorrer com frequência, ela pode levar a pessoa se sentir desvalorizada, sofrer ansiedade e adoecer com facilidade.

A violência sexual compreende situações em que a criança é utilizada para obter prazer sexual, as suas consequências quando ocorrida na infância ou adolescência são as mais variadas, as mais comuns são ansiedade, raiva, dissociação, problemas interpessoais, além disto, psicopatologias como depressão, abuso de álcool e substâncias, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno do estresse pós-traumático e transtorno de personalidade borderline. Os impactos em longo prazo sobre as vítimas de violência sexual na infância são semelhantes para ambos os sexos (HABIGZANG; HOHENDORFF; KOLLER, 2015).

O Ministério da Saúde (2001) define como violência sexual como toda ação em que uma pessoa em posição de poder obriga uma outra pessoa à realização de práticas sexuais contra a sua vontade, utilizando a força física, a intimidação, o uso de armas e drogas. Quando acometida em crianças, por meio do abuso de poder, a criança é usada para gratificação sexual de um adulto, sendo induzida ou forçada a práticas sexuais de que ela não tem entendimento, podendo ou não estar associada a violência física. Posto isso, esse tipo de violência traz diferentes consequências negativas para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, psíquico e social das vítimas, desta forma, a violência sexual contra crianças e adolescentes se torna um grave problema de saúde pública.

Entre as diferentes formas e manifestação da violência sexual, encontra-se violência sexual ou assédio sexual expressado por meio de chantagens e ameaças; violência sexual com contato físico por meio de toque em órgãos genitais e tentativas de relação sexual por penetração; pedofilia que é

caracterizada pela atração erótica por crianças, podendo o pedófilo se satisfazer com fotos, fantasias e com o ato sexual; exploração sexual em que utiliza-se da criança ou adolescentes com intenção de lucro; pornografia com o uso e exposição de imagens eróticas entre adultos e crianças; turismo para fins sexuais caracterizado por excursões com fim de proporcionar prazer sexual à turistas; tráfico para fins de exploração sexual envolvendo sedução, aliciamento, rapto da vítima; violência sexual doméstica, intrafamiliar e incestuoso quando existe uma relação familiar entre a vítima e o agressor.

Segundo a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), que trata especificamente da violência doméstica e familiar, a violência pode se manifestar de diferentes formas, incluindo agressão física, ameaças, constrangimentos psicológicos, violência sexual, entre outros. Além disso, a violência doméstica não se restringe apenas à violência entre parceiro íntimos, mas também pode envolver abuso de crianças, idosos e outros membros da família, que será abordada no próximo tópico.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Para Brito (2005), no Brasil, a violência doméstica é apontada, desde a década de 1970, como uma das principais causas de morbimortalidade. Despertando, no setor saúde, uma grande preocupação com essa temática que, progressivamente, deixa de ser considerada um problema exclusivo da área social e jurídica para ser também incluída no universo da saúde pública.

Segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH, 2022), no primeiro semestre do ano de 2022, a central de atendimento registou 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica. Sendo assim, toda a família está envolvida em uma situação de violência, principalmente crianças que podem ser vítimas ou testemunhas.

O termo violência doméstica é amplamente utilizado ao tratar-se do assunto violência de gênero e contra a mulher, inúmeras pesquisas se pautam na Lei Maria da Penha para discutir o assunto, visto que, a lei busca identificar o agressor e o local da ocorrência. Quando a violência se refere a crianças e adolescentes, observa-se uma maior diversidade do termo violência doméstica e violência intrafamiliar (COSTA et al., 2018). Segundo o Ministério da Saúde (200) a violência doméstica (VD) e a violência intrafamiliar (VI) são termos relacionados, a VD está relacionada a qualquer comportamento violento que ocorre em um ambiente doméstico ou familiar, não se restringe apenas a membros de uma família, diferente da VI que se refere especialmente à violência que ocorre entre os membros de uma mesma família não se refere, portanto, apenas ao espaço físico onde a violência ocorre mas também as relações que se constrói e efetua.

Segundo o IBGE (BRASIL, 2019), 52% das denúncias recebidas por violência doméstica, foram de pessoas que sofreram violência física. O uso da punição física é ainda um instrumento bastante utilizado na educação dos filhos, os pais defendem essa forma de violência que, em determinadas circunstâncias, pode favorecer a banalização e a permanência da violência física doméstica contra crianças e adolescentes. Para alguns pais, tais atos por não serem considerados práticas abusivas serão reproduzidos como uma prática normal de disciplinamento (AZEVEDO; GUERRA, 1994 apud BRITO et al., 2005).

Um aspecto que pode justificar o alto índice de notificação dessa modalidade de violência é o fato de que ela pode deixar marcas visíveis no corpo, facilitando sua identificação, o que não ocorre quando a modalidade de violência cometida é, por exemplo, a psicológica. A violência psicológica é pouco identificada, aparecendo com maior frequência quando associada a outras formas de violência (BRITO et al., 2005).

É importante destacar que a violência doméstica não se restringe apenas a mulheres, sendo, portanto, um problema que transcende gênero, idade, orientação sexual, raça e classe social. Segundo o Ministério da Saúde (2002), a violência contra a criança e o adolescente ainda é bastante subnotificada, uma pesquisa realizada em maio de 1997 e 1998, coordenada pela Amencar, afim de

caracterizar a violência contra crianças de zero a quatorze anos na região Sul do país, identificou 1754 casos, destes 80% ocorreram dentro de casa, sendo que, apenas 263 vítimas receberam alguma forma de tratamento. Outro estudo do Comitê Latino-Americano de Estudos sobre a Violência (CLAVES), feito em uma amostra de adolescentes escolares no estado do Rio de Janeiro, mostra que, em 1991, 31,6% dos 1328 adolescentes entrevistados relataram sofrer violência por parte de ambos os pais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), elaborado em 1990 assegura os direitos e garantias fundamentais, sendo um marco importante na proteção dos direitos humanos e no reconhecimento da importância de proporcionar um ambiente seguro e saudável para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. O ECA estabelece uma série de direitos fundamentais, entre os principais pontos destacam-se: direito à educação; direito à saúde; proibição do trabalho infantil; justiça juvenil; proteção contra a violência e o abuso. Este último prevê medidas de proteção e responsabilização para casos de violência física, psicológica, sexual e negligência (BRASIL, 2005).

3 MÉTODO

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente trabalho se pautou na revisão sistemática de literatura. Considerando a revisão bibliográfica, de acordo com Gil (2017), a revisão parte de pressupostos teóricos que dão fundamentação à pesquisa por investigações anteriores, sendo, portanto, elaborada com base em materiais já publicados, como livros impressos, teses, dissertações e anais de eventos científicos, disponíveis na internet.

Desta forma, a revisão sistemática de literatura constitui um método de pesquisa, que segue protocolos específicos para a avaliação de um conjunto de dados simultaneamente, assim, o pesquisador apresenta de maneira explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultados, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos encontrados, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e a análise de cada artigo. Posto isto, a revisão sistemática de literatura é uma pesquisa composta por seus próprios objetivos, problema de pesquisa, metodologia, resultados e conclusão, não se constituindo apenas como introdução de uma pesquisa maior (GALVÃO; RICARTE, 2019).

Segundo Glaziosi (2013), a busca de literatura relevante serve de alicerce à investigação, fornece discussão sobre ideias, fundamentos, inferências e conclusões de autores selecionados, relacionando suas fontes, conforme normas e técnicas de referência bibliográfica, permite conhecer as contribuições de outros pesquisadores.

Para Gil (2017) a vantagem desse tipo de pesquisa é a investigação de um conjunto de fenômenos mais amplo do que aquele pesquisado diretamente. Esse tipo de pesquisa busca levantar informações sobre um determinado objeto de estudo, delimitando um campo de trabalho e mapeando condições de manifestação do objeto de estudo (SEVERINO, 2015).

Nesta pesquisa foi realizada abordagem mista, estabelecendo uma junção entre as abordagens quantitativa e qualitativa. Ela se caracteriza quantitativa devido a organização de tabelas e quadros apresentando dados

coletados através dos artigos, refere-se a análise do fenômeno em números, permitindo o teste de hipóteses estatísticas (GIL, 2017). Para a abordagem qualitativa serão produzidas sínteses e serão explorados os conjuntos de significados presentes nos materiais coletados (MORAES, 1999).

3.2 FONTES BIBLIOGRÁFICAS

Foram analisados nesta pesquisa 22 artigos científicos completos que se encontram nas seguintes bases de dados, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

A Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) é um portal de textos completos, produzida pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Também conhecida pelo seu nome original Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS). A sede da BIREME encontra-se no Brasil, no campus central da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) desde a sua criação, em 1967, e que realiza busca entre Google acadêmico e Medline (GRAZIOSI et al., 2012).

Scientific Electronic Library Online (SciELO), é uma plataforma para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na internet, desenvolvida para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento, particularmente na América Latina. Assegura visibilidade e acesso universal à literatura científica latino-americana, contribuindo para a superação do fenômeno conhecido como “ciência perdida”, o modelo SciELO contém procedimentos integrados para medir o uso e o impacto dos periódicos científicos (GRAZIOSI et al., 2012).

3.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

O procedimento adotado para a pesquisa de revisão sistemática da literatura é baseado na metodologia propostas por Kitchenham (2004 apud MORAIS; CONCEIÇÃO, 2018) que segue uma norma definida para a

identificação, seleção, avaliação e interpretações dos resultados da pesquisa. Podendo ser descrito como: Pesquisa de literatura utilizando bases digitais; Filtragem das publicações com base nos títulos e resumo dos materiais encontrados nas bases digitais; Seleção dos artigos relevantes para o contexto da pesquisa; Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; Seleção final das publicações.

Foram analisados, nessa pesquisa, artigos publicados em periódicos científicos sobre a violência doméstica e o desenvolvimento social e emocional infanto-juvenil. Esses materiais encontrados nas bases de dados da Scielo, BvS. O critério de inclusão foram artigos encontrados nas bases de dados citadas acima, dos últimos cinco anos, de 2018 a 2022, escrito em português, textos disponíveis integralmente ou em versões impressas. Os descritores utilizados foram “violência doméstica + crianças + adolescente”.

Inicialmente, foram encontrados um total de 275 artigos, após a leitura e adequação dos critérios de inclusão foram considerados 22 artigos, conforme exposto na Tabela 1. Na base de dados que possui o resultado de zero artigos considerados, foi devido aos artigos encontrados já estarem presentes nas outras bases de dados.

Tabela 1: Artigos encontrados e artigos selecionados.

DESCRITORES	BVS		SCIELO		TOTAL	
	ENC	CONS.	ENC.	CONS.	ENC.	CONS.
Violência doméstica + crianças	110	13	17	0	127	13
Violência doméstica + adolescentes	133	8	15	1	148	9
TOTAL	243	21	32	1	275	22

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Foram encontrados na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), com o descritor violência doméstica + crianças, 110 artigos e considerados 13, com o descritor violência doméstica + adolescentes foram encontrados 133 artigos e considerados 8. No portal SCIELO, com o descritor violência doméstica + crianças foram encontrados 17 artigos e não foi considerado nenhum deles, visto

que três dos artigos que poderiam ser considerados foram incluídos na BVS, com o descritor violência doméstica + adolescentes foram encontrados 15 artigos e considerado 1. Devido a desconiderações de alguns artigos, no total, a presente pesquisa considerou para análise 22 artigos.

3.4 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados, foram utilizadas as abordagens quantitativa e qualitativa. Os dados objetivos como ano de publicação, região, área de atuação, instrumentos e tipo de pesquisa foram analisados quantitativamente através do programa Excel versão 2019, com função de percentagem. Enquanto os dados sobre tema, objetivo, conclusões e tendências futuras serão analisados qualitativamente através da análise de conteúdo.

A análise de conteúdo, de acordo com Campos (2004), consiste em um conjunto de técnicas de análise que são empregadas em pesquisas com o propósito de apurar os significados presentes em um documento. Essa abordagem se concentra em conteúdos implícitos e explícitos. A respeito dessa análise, a semântica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da metodologia utilizada, devido à complexidade dos conteúdos presentes em uma comunicação. Possibilitando o pesquisador uma ampla interpretação e compreensão mais profunda do material de estudo.

De acordo com Campos (2004), as etapas utilizadas na análise de conteúdo são, fase da pré-exploração do material ou de leituras flutuantes, em seguida, seleção das unidades de análise, ou unidades de significados e por fim processo de categorização e subcategorização.

A primeira fase consiste em uma pré-exploração do material e de leituras flutuantes, com o intuito de assimilar e organizar de forma não estruturada entendimentos importantes para as próximas fases de análise, após serem obtidas a totalidade dos dados no período de coleta, é selecionado o material, a fim de conhecer, deixar fluir impressões e o orientações sobre ele. Objetiva-se

nessa fase, por meio de diversas leituras, apreender de forma geral as principais ideias e significados do texto. Permitindo um contato maior do pesquisador com o material, promovendo, uma melhor assimilação, elaboração mental e condução na pesquisa (CAMPOS, 2004).

Na segunda fase, ocorre uma das mais importantes decisões para o pesquisador. Na análise qualitativa o pesquisador é orientado pelas questões que devem ser respondidas. Existem diferentes recortes a serem utilizados, porém, o principal é a análise temática, o tema é uma escolha do próprio pesquisador, realizada a partir dos objetivos da pesquisa e indícios levantados através do contato prévio com o material e teorias que fundamentam a pesquisa, podendo fazer alusões a outros temas (CAMPOS, 2004).

Na terceira fase, ocorre o processo de categorização que pode ser definido como classificação de elementos construtivos de um conjunto de diferenciações e reagrupamento segundo gênero. As categorias podem ser caracterizadas como grandes enunciados que envolvem diversos temas, segundo o grau de proximidade ou intimidade e que através da análise podem gerar significados e elaborações importantes que atendem aos objetivos do estudo e criem conhecimentos, de uma visão diferenciada sobre os temas propostos inicialmente na pesquisa (CAMPOS, 2004).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, expõe-se a análise dos 22 artigos coletados, sendo dividida em apresentação dos artigos analisados, análise quantitativa e análise qualitativa. Na análise quantitativa analisou-se os dados cientométricos e metodológicos, com relação ao ano de publicação, região do estudo, abordagem metodológica, população analisada, fontes bibliográficas e documentais. Na análise qualitativa analisou-se objetivos dos artigos, principais conclusões e tendências futuras.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS ANALISADOS

No Quadro 1, expõem-se os autores, títulos e revistas dos 22 artigos analisados, sendo que este quadro está organizado por ordem cronológica decrescente de 2022 a 2018. Aponta-se também que a revista que mais publicou artigos nesta análise foi a *Ciência & Saúde Coletiva* com 4 artigos publicados, seguidos da *Saúde em debate* com 2 artigos, assim como as revistas *SPAGESP* e a *Revista Brasileira de Epidemiologia*, também com 2 artigos publicados. Além dessas, também publicaram artigos sobre esta temática as revistas *Psicologia PUC*, *Avances en enfermería*, *Cogitare Enfermagem*, *Estudos de Psicanálise*, *Psicologia: Ciência e Profissão*, *Enfermagem em Foco*, *Pesquisas e práticas Psicossociais*, *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *Texto & Contexto – Enfermagem*, *Revista Interinstitucional de Psicologia*, *Revista de Enfermagem UFPE on line*.

Quadro 1: Apresentação dos artigos analisados.

Nº	Autores/Ano	Título	Revista
1	Garcia, Grossi-Milani, Menegaldi e Sá (2022)	Uso do genograma e do ecomapa na avaliação das relações familiares de crianças em situação de vulnerabilidade e violência	Saúde em debate
2	Henriques, Rosa e Thomé (2022)	Violência emocional intrafamiliar contra crianças e adolescentes e suas repercussões: Uma revisão sistemática de literatura	Psicologia PUC
3	Riba e Zioni (2022)	O corpo da criança como receptáculo da violência física: análise dos dados epidemiológicos do Viva/Sinan	Saúde em debate
4	Conceição et al., (2022)	Condições sociais de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual: percepções da equipe multiprofissional	Avances en enfermería
5	Silva et al., (2022)	Elementos constitutivos da masculinidade ensinados/apreendidos na infância e adolescência de homens que estão sendo processados criminalmente por violência contra a mulher/parceira.	Ciência & Saúde Coletiva
6	Lima et. al., (2022)	Violência intrafamiliar presenciada e vivenciada por adolescentes escolares	Cogitare Enfermagem
7	Calomé, Meliska e Zappe (2021)	Condução de um caso de violência contra a criança: relato de experiência	SPAGESP

Continua...

Continuação...

8	Hirschmann, Gonçalves e Martins (2021)	Maus-tratos infantis e comportamentos sexuais de risco na idade adulta: uma revisão sistemática	Ciência & Saúde Coletiva
9	Conte (2021)	"O guri tá muito grudado": impactos da violência doméstica na díade mãe-filho	Estudos de Psicanálise
10	Azevedo e Bazon (2021)	Pais/Cuidadores Com e Sem Histórico de Abuso: Punições Corporais e Características Psicológicas.	Psicologia: Ciência e Profissão
11	Justino e Nascimento (2020)	Relação entre pai e filho adolescente em famílias que vivenciaram a violência conjugal	SPAGESP
12	Antunes, Machado e Malta (2020)	Fatores de risco e proteção relacionados à violência intrafamiliar contra os adolescentes brasileiros	Revista Brasileira de Epidemiologia
13	Vasconcelos et. al., (2020)	Violência contra adolescentes e as estratégias de enfrentamento	Enfermagem em Foco
14	Costa, Nascimento e Silva (2019)	As implicações dos contextos de vulnerabilidade social no desenvolvimento infantojuvenil: da família à assistência social	Pesquisas e práticas psicossociais
15	Zanoti-Jeronymo et al., (2019)	Violência na infância, exposição a violência parental e abuso e/ou dependência de álcool na idade adulta	Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas
16	Malta et. Al., (2019)	Fatores associados aos episódios de agressão familiar entre adolescentes, resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)	Ciência & Saúde Coletiva

Continua...

Continuação...

17	Côrtes, Ferreira e Gontijo (2018)	Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis	Ciência & Saúde Coletiva
18	Coutinho e Morais (2018)	O processo de revelação do abuso sexual intrafamiliar na percepção do grupo familiar	Estudos e Pesquisas em Psicologia
19	Cézar-Vaz et al., (2018)	Práticas profissionais que silenciam a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes	Texto & Contexto - Enfermagem
20	Pinto et. al., (2018)	Tendências de situações de violência vivenciadas por adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009, 2012 e 2015	Revista Brasileira de Epidemiologia
21	Paixão, Patias e Dell'aglio (2018)	Relações entre violência, clima familiar e transtornos mentais na adolescência	Revista Interinstitucional de Psicologia
22	Silva et. al., (2018)	Violência perpetrada contra crianças e adolescentes	Revista de Enfermagem UFPE on line

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

No artigo número 1, buscou-se conhecer as relações familiares e a rede de apoio das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e violência intrafamiliar, por meio do uso de ecomapa e genograma, constituindo instrumentos eficazes para a identificação de casos de violência e auxilia no desenvolvimento de ações sociais, na promoção da saúde da família e na promoção de políticas públicas. Com isso, no artigo é explorado a mudança da instituição familiar ao longo das décadas, e expõe as diferentes situações de vulnerabilidade que se manifesta nas famílias brasileiras por meio das dificuldades financeiras, aumento da violência e da fome. Desta forma, o uso de genograma analisa uma conexão entre os padrões de comportamento, como

membros que constituem a família, idade e ocupação, e o uso do ecomapa permite observar as relações entre família e comunidade, e auxilia na avaliação dos apoios disponíveis e a sua utilização pela família, uma vez que a rede de apoio são lugares e instituições que auxiliam no desenvolvimento e na sobrevivência das famílias.

No artigo número 2 por meio da revisão sistemática de literatura identificou-se as repercussões na infância, adolescência e vida adulta da violência intrafamiliar vivenciada no período infanto-juvenil. Sendo assim, no estudo foi possível conceituar melhor a violência emocional, assim como auxiliar no diagnóstico, fortalecer a rede de proteção da criança e do adolescente e assegurar intervenções sociais e educativas, uma vez que a violência intrafamiliar traz impactos na infância e adolescência como sintomas internalizantes, ansiedade, depressão, problemas psicossomáticos e problemas cognitivo-comportamental. A violência emocional vivenciada é considerada transgeracional e transcultural e um fator de risco para o desenvolvimento e pode interferir nas relações interpessoais ao longo do ciclo da vida.

No artigo número 3 por meio de um estudo descritivo, baseado em dados secundários, obtidos pelo Ministério da Saúde evidência, a alta incidência da violência física contra a criança e ao adolescente no Brasil, traçando um perfil sociodemográfico da violência contra a criança e ao adolescente. Por meio do estudo é possível identificar que a maior taxa de violência física doméstica se refere a meninas de 10 a 14 anos, em relação a crianças e adolescentes do sexo masculino, em que faixa etária mais acometida é de zero a 4 anos, com isso é possível identificar que meninos sofrem mais violência quando criança, e meninas quando adolescente. O estudo se faz necessário para a compreensão do perfil da população afetada e o conhecimento científico para a elaboração de políticas públicas para o enfrentamento das situações de violência.

No artigo número 4 descreve-se as condições sociais de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no entendimento de profissionais da saúde no estado da Bahia. Os resultados das entrevistas revelam o gênero como marcador social na violência sexual contra a criança e ao adolescente. Os profissionais entrevistados revelam que as crianças do sexo feminino são maior

percentual de vítimas, além da percepção sobre marcadores sociais da origem étnica de vítimas, os profissionais revelam que a maioria das vítimas atendidas são afrodescendentes e pôr fim a percepção de marcadores de classe social e origem demográfica, de acordo com os relatos, as crianças e adolescentes vítimas da violência sexual pertencem a classes socioeconômicas de baixo poder aquisitivo e são provenientes de cidades no interior da Bahia ou de bairros periféricos.

No artigo número 5 aborda-se os elementos constitutivos da masculinidade ensinados na infância e adolescência que são reproduzidos por homens em processo criminal por violência conjugal, uma vez que o processo de construção da masculinidade se inicia na infância. A partir das experiências cotidianas vivenciadas quando criança e da identificação com pessoas adultas, meninos formam sua autoimagem, percepção de mundo, caráter e personalidade, com isso aqueles que conviveram em lares permeados pela violência conjugal entre os pais são mais propensos a cometer agressão contra sua parceira íntima. Construtos como infidelidade, supervalorização do trabalho, provisão familiar e imposição de normas familiares surgem a partir da observação e incentivo da figura masculina de referência, principalmente o pai.

No artigo número 6 aborda-se a violência familiar presenciada e vivenciada por adolescentes em fase escolar, foi realizada uma pesquisa em um ambiente escolar em que é possível observar que independente do adolescente vivenciar ou presenciar a violência, conviver em lares violentos pode resultar em comprometimento no desenvolvimento infantojuvenil. Uma das formas de violência intrafamiliar mais frequente referido pelos adolescentes entrevistados foi a psicológica, seguida da física, com a justificativa socialmente aceita enquanto medida educativa.

No artigo número 7 por meio de um estudo de caso, discute-se a condução de um caso de violência contra a criança por um profissional da área da saúde, bem como a construção de estratégias conjunta para a notificação e enfrentamento do ato violento, levando em consideração o sigilo e a busca por menor prejuízo ao paciente. Com o relato foi possível identificar que a interação recíproca de todos os membros da família, faz com que seja necessário a

elaboração de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) para trabalhar em conjunto com a família, em que uma criança sofre violência física.

No artigo número 8 por meio de um estudo de revisão, analisa-se a relação entre os maus-tratos infantis e o comportamento sexual de risco na vida adulta, comportamento esse que está relacionado ao aumento do risco de contrair o vírus da imunidade humana (HIV) e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). A exposição aos maus-tratos infantis é definida no artigo como abuso físico, abuso sexual, abuso emocional e negligência. De modo geral as pesquisas observaram que o abuso sexual infantil tem relação com o comportamento sexual de risco na vida adulta, desta forma, observou-se que pessoas que sofreram abuso sexual relataram se envolver em comportamentos sexual de maior risco, como o início da vida sexual precoce.

No artigo número 9 realiza-se a discussão de um caso clínico da relação mãe-filho com base na abordagem psicanalítica, a partir da compreensão das implicações transgeracionais e da convivência atual com a violência doméstica. No artigo destaca-se que as crianças que vivenciam junto a violência doméstica e familiar suportam uma carga excessiva de tensão, que pode ser identificada como angústia. O caso relatado perpetua uma dependência na relação mãe-filho, e impede o desenvolvimento da autonomia e independência de ambos.

No artigo número 10 aborda-se a prevalência de castigo físico em crianças e adolescentes e sua aceitação social, uma vez que as leis brasileiras criam brechas para sua ocorrência. Com isso no estudo buscou-se verificar se pais e responsáveis com e sem histórico de notificação ao sistema de proteção se diferenciam quanto a forma de punir e castigar a criança e o adolescentes e quanto as variáveis psicossociais consideradas fatores de risco para o abuso físico. No artigo expõe-se que, há quem indique que apenas alguns comportamentos punitivos mais violentos configurem abuso, contudo o autor adota uma posição de que diferentes formas de punição corporal constituem castigo. Nos dois grupos investigados os pais e responsáveis indicaram o sentimento de raiva e irritação no momento da punição, colocando em questionamento se a punição corporal pode ser uma estratégia de educação

efetiva ou representa uma descarga emocional dos adultos, sendo um alívio de tensão, frustração e raiva.

No artigo número 11 destaca-se a relação entre o adolescente que vivenciaram a violência doméstica e a figura parte, com isso a maioria dos adolescentes entrevistados consideram o pai distante e pouco disponível. Estudo sobre o desenvolvimento da adolescência apontam que a adolescência não é vivenciada na mesma maneira em todas as culturas e nem por todos os sujeitos, assim, o contexto familiar pode ser um ambiente de risco quando se considera a violência doméstica e familiar, mesmo quando o adolescente não é identificado como a principal vítima. Para os adolescentes a família permanece como um dos principais contextos de referência e desenvolvimento.

No artigo número 12, descreve-se os fatores associados a violência intrafamiliar contra adolescentes brasileiros. No estudo é possível observar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde brasileiro consideram a violência um problema de saúde pública, com isso, as crianças e adolescentes são as principais vítimas de todas as formas de violência, principalmente intrafamiliar. Os resultados da pesquisa mostram que aproximadamente um décimo dos adolescentes de 13 a 17 anos relataram ter sido agredido por algum adulto da família. Adolescentes filhos de mães com ensino superior completo apresentam menor prevalência de violência intrafamiliar, mulheres vítimas de agressão por parceiros, reproduzem modelos educacionais de práticas punitivas aprendidos na família e na cultura, aumentando a prevalência de violência intrafamiliar. Por fim, a violência intrafamiliar contra o adolescente está relacionada as condições de desigualdade social, uso de cigarros e bebidas alcoólicas e vivências de violência no ambiente escolar.

No estudo número 13, pretende-se identificar a problemática da violência contra adolescentes, a fim de propor novos estudos desta temática tendo em vista a necessidade de enfrentamento deste problema de saúde pública. O público adolescente está vulnerável à violência, afetando o bem-estar físico, mental e social, em sua maioria jovens negros e aqueles que vivem em

comunidades de baixa renda, com baixo nível educacional estão desprotegidos a violência sexual, violência intrafamiliar, bullying e violência urbana.

No artigo número 14, aborda-se sobre as implicações dos contextos de vulnerabilidade social no desenvolvimento infantojuvenil, considerando o papel da família e das políticas de assistência social. A reflexão acerca da infância e juventude é de grande importância, visto que é um dos segmentos sociais que mais exprimem o estado de cidadania e do tratamento dos direitos humanos no Brasil, apesar de que na prática não seja possível a efetiva consolidação. Foi possível observar, na pesquisa, que entre os principais contextos de vulnerabilidade social de crianças e adolescentes estão a violência doméstica, relações afetivas fragilizadas, alimentação precária e uso de drogas. As estratégias que o público infantojuvenil utiliza para enfrentar o contexto de vulnerabilidade social está estudar, afetividade familiar, religiosidade, atividades complementares (como atividade artística) e outros (como o acesso a mídias digitais). Sendo assim, jovens que vivenciaram uma infância em um contexto de vulnerabilidade social tem como projeto de vida conseguir um emprego e terminar o ensino médio, é possível observar que os projetos de vida desejados deveriam ser garantidos a eles por direito.

No artigo número 15, examina-se a associação entre o histórico de violência na infância e a dependência e uso nocivo de álcool na idade adulta. No estudo é possível observar-se que quanto maior o grau de exposição, maior a porcentagem de violência severa sofrida na infância. Evidências apontam que a vitimização da infância através do abuso físico e da violência parental conduz a um risco elevado de desenvolver problemas de saúde física e doenças psíquicas na idade adulta como a depressão, ansiedade e abuso de substâncias. Os resultados sugerem que um histórico de violência na infância é um componente importante na etiologia dos transtornos decorrentes do consumo de álcool.

No artigo número 16, analisa-se fatores associação a agressão familiar contra adolescentes, trata-se de uma análise secundária da Pesquisa Nacional de Saúde dos Adolescentes (PeNSE). Com isso adolescentes matriculados em escolas privadas relataram com menos frequência episódios de violência, bem como os que relataram escolaridade mais elevada da mãe. Em relação as

características da família, relataram episódios de agressão com mais frequência aqueles que referiram faltar às aulas sem comunicar o ato às suas famílias, intromissão não autorizada dos pais em sua privacidade, contato com pessoas que fumam. Um em cada sete adolescentes em fase escolar relatam ter sofrido agressão física perpetrada por adultos da família. Fatores relacionados tanto na vida intrafamiliar quanto na escolar aumentam a chance do evento de violência, sofrer agressão aumenta a chance do consumo de substâncias, além de aspectos relacionados ao sofrimento mental como insônia e solidão.

No artigo número 17, acerca do perfil das crianças vítimas de violência doméstica e de seus agressores, buscou-se caracterizar e avaliar a eficácia das intervenções judiciais. Revelou-se a mãe como principal agressora, contradizendo o papel socialmente estabelecido em relação a mulher, a quem é dado o dever de educar e cuidar, contudo, a negligência como principal tipo de violência contra a criança e ao adolescente, pode ser parcialmente explicada pelo estresse e sobrecarga do acúmulo de funções assumidas pela mulher na sociedade. Seguida do abandono e negligência se tem a violência física, abuso sexual e violência psicológica. A violência psicológica é caracterizada por ameaças verbais e foi pouco observada, por ser sutil, torna-se mais difícil a sua identificação, principalmente por crianças, já a violência sexual, mesmo sendo crime é pouco conhecida, devido ao medo, constrangimento e incompreensão dos familiares e amigos. No estudo, revelou-se a importância do poder Judiciário no enfrentamento da violência, uma vez que nos processos analisados as crianças saíram da situação de risco após intervenção judicial.

No artigo número 18, frente ao processo de revelação de uma situação de abuso sexual intrafamiliar, buscou-se descrever a percepção do grupo familiar. A violência sexual contra a criança e ao adolescente, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) ocorre pelo envolvimento de uma criança em atividade sexual sem que ela tenha compreensão total da situação ou para qual não está preparada emocionalmente em virtude da sua idade ou estágio de desenvolvimento. O processo de revelação do abuso sexual é de grande importância para a compreensão das consequências que esta violência pode gerar na vida da vítima e de suas famílias, sendo possível compreender as condições que podem favorecer um ambiente mais ou menos protetivo para a

família. No estudo é descrito o caso de uma adolescente de 17 anos que foi abusada dos 9 aos 14 anos pelo padrasto, entre as dificuldades encontradas pela vítima para revelar o abuso estão o isolamento presente no sistema familiar e o medo das consequências. A análise dos dados permitiu a visualização da família em estudo e do seu envolvimento em uma complexa relação, a qual era composta por várias redes de relações que se influenciam, a contribuição da rede de apoio informal mostrou-se com um papel decisivo, influenciando as ações da família, seja no sentido de realizar a denúncia, quando sustentar a decisão.

No artigo número 19, a partir do discurso de profissionais que trabalham em serviços de proteção a crianças e ao adolescente, identifica-se práticas que silenciam a violência familiar. Entre as instituições que os profissionais trabalham estão Unidade de Pronto Atendimento e Pediatria em um Hospital Universitário, uma Unidade Básica de Saúde, um Centro de Referência Especializado em Assistência Social e um Conselho Tutelar, sediados em um município de médio porte. Foram identificadas práticas profissionais que silenciam a violência intrafamiliar, como o agir reducionista frente à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, que consiste no englobamento de um conjunto de práticas profissionais que se ocupam em atender apenas as necessidades físicas apresentadas pelas vítimas, excluindo do processo de intervenção os aspectos legais, como a notificação obrigatória dos casos. Outra prática que silencia a violência são os acompanhamentos como transferência da responsabilidade de proteger, esses encaminhamentos assumem o significado de transferir a responsabilidade de proteger as vítimas e isentar o profissional das demais ações que devem ser realizadas, como a notificação e o acompanhamento de vítimas e famílias enquanto não chegarem aos serviços para onde foram encaminhados. E por fim a exclusão do agressor do processo de intervenção, das práticas adotadas frente às situações de violência intrafamiliar, relatada pelos profissionais, nenhuma se ocupou em prestar atendimento ou acompanhamento ao agressor. Com isso os resultados permitem colocar em evidências que as práticas profissionais desenvolvidas frente às situações de violência intrafamiliar nem sempre se constituem em protetivas.

No artigo número 20, é apresentado as tendências encontradas nas três últimas edições da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), sobre situações de violência vivenciadas por escolares brasileiros. Entre os grupos mais vulneráveis estão o de escola pública, adolescentes do sexo masculino, no caso de envolvimento em brigas com arma branca e de fogo, e do sexo feminino no caso de agressão física por familiares. Houve tendência de aumento para todos os indicadores de violência, como o aumento da prevalência de adolescentes que faltaram às aulas por insegurança no trajeto casa-escola. E ao envolvimento em brigas com arma de fogo e arma branca, também houve um aumento, da prevalência de agressão física por membros da família. Com isso, no estudo é apresentado a tendência temporal da PeNSE de 2009 a 2015, apontando aumento das prevalências de violência vivida por adolescentes em todos os indicadores estudados no período nas capitais brasileiras.

No artigo número 21, investiga-se as relações entre violência intrafamiliar, clima familiar e sintomas de transtorno mental na adolescência. Foram observadas por meio dos resultados do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20), que a prevalência de mais sintomas de transtorno mental está entre as meninas e a percepção mais positiva do clima familiar entre os meninos, assim como observado uma maior incidência de sintomas internalizantes envolvendo sintomas de ansiedade e depressão entre as meninas, quando comparada aos meninos, principalmente na adolescência. Em relação à configuração familiar, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas variáveis, por outro lado, houve associação entre aspectos familiares como apoio e a coesão entre os membros e menores níveis de transtornos mentais. A coesão familiar foi negativamente associada à violência intrafamiliar, sugerindo que a ausência de diálogo e vínculo entre os membros pode desencadear situações de violência. Observou-se que a violência intrafamiliar e o conflito podem explicar a maior presença de sintomas de transtornos mentais, por outro lado, o apoio da família na adolescência pode exercer um papel de proteção, atenuando os riscos e afetando de maneira positiva a saúde mental dos adolescentes.

No artigo número 22, é descrito o perfil dos casos de violência cometidos contra a criança e ao adolescente registrado em um hospital de Pernambuco. A maioria das violências foi perpetrada contra os adolescentes, o predomínio é do

sexo masculino, uma explicação para este fato é que o comportamento agressivo é tolerado e muitas vezes estimulado em sociedades com dominação de padrões culturais machistas. A violência física apresentou maior frequência tanto no sexo masculino quanto feminino, nas duas faixas etárias, trata-se da forma de violência mais identificada devido a presença de marcas corporais visíveis causadas pelo ato de violência. A violência física em muitos casos é precedida por outros tipos de violência, como a negligência, em que as crianças são as principais vítimas, e a violência psicológica que apresenta menor registro, podendo ser justificada por estar relacionada a essa ser mais sutil, carregada de subjetividade e diferentes expressões, portanto, de difícil notificação. No que diz respeito a violência sexual, a maior parte das vítimas não registra a queixa por constrangimento e receio de humilhação, somados ao medo da falta de compreensão ou interpretação equivocada da sociedade. Com isso, o reconhecimento epidemiológico sobre os diferentes tipos de violência é importante para a avaliação de programa e práticas públicas, a fim de prevenir e lidar com a violência.

4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA

Na análise quantitativa buscou-se analisar os dados sobre ano de publicação, região dos estudos, população estudada, abordagem metodológica, delineamento de pesquisa, fontes bibliográficas e documentais. Esses dados foram tabulados no Microsoft Excel versão 2019 e distribuídos em tabelas com tratamento de percentagem.

Na Tabela 2, apresenta-se a distribuição dos artigos de acordo com o ano de suas publicações. Com relação ao ano de publicação dos artigos analisados, é possível observar que os anos em que mais foram publicados artigos com relação ao tema da pesquisa são o de 2018 e 2022, com seis artigos publicados, seguido por quatro artigos em 2021, 2019 e 2020 três artigos.

Tabela 2: Ano de publicação dos artigos.

ANO DE PUBLICAÇÃO DOS ARTIGOS		
	N	%
2018	6	27%
2019	3	14%
2020	3	14%
2021	4	18%
2022	6	27%
Total	22	100%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

A lei de Bradford para Guedes e Borschiver (2005), tem como objetivo avaliar a relevância do artigo, de acordo com a área do conhecimento. Relaciona-se, portanto, a distribuição dos periódicos científico, e considera que, à medida que os primeiros artigos relacionados a um assunto específico são publicados, eles estimulam o surgimento de novos artigos no decorrer do desenvolvimento da área. Na presente pesquisa foi possível observar que houve um declínio na publicação de novos artigos com o passar do ano, contudo houve um aumento da publicação de novos artigos no ano de 2021 e 2022.

O aumento da publicação de novos artigos no ano de 2021 e 2022 pode ser justificado pela pandemia do COVID, uma vez que para Vieira, Garcia e Maciel (2020), o isolamento social, perpetuou os casos de violência doméstica, visto que as vítimas foram vigiadas e impedidas de conversar com familiares e amigos, convivendo diretamente com o agressor.

Na Tabela 3 apresenta-se a distribuição dos artigos pela região do estudo.

Tabela 3: Região dos estudos.

REGIÃO DOS ESTUDOS		
	N	%
Sudeste	12	55%
Nordeste	6	27%
Sul	4	18%
Norte	0	0%
Centro-oeste	0	0%
Total	22	100%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Na Tabela 3, apresenta-se a distribuição dos artigos de acordo com a região do estudo. De acordo com a Tabela 3, pode-se destacar que a região em que mais há publicações com relação à violência doméstica e desenvolvimento infantil é a região Sudeste, totalizando doze publicações na área. A região Nordeste possui seis publicações científicas na área. Ainda, há quatro publicações que foram realizadas na região Sul Brasil. Na região Norte e Centro-este não há publicações consideradas.

Para Sidone (2016), a atividade científica é distribuída de maneira desigual no território nacional, verificando uma heterogeneidade espacial, onde o padrão regional de distribuição das publicações é altamente concentrado na região Sudeste. No Brasil está diretamente relacionado a localização das universidades públicas, uma vez que estas são responsáveis pela maioria da atividade científica.

Tabela 4: Distribuição dos artigos pela abordagem.

ABORDAGEM METODOLÓGICA		
	N	%
Qualitativa	10	45%
Quantitativa	10	45%
Mista	2	9%
Total	22	100%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

De acordo com os dados obtidos na Tabela 4, pode-se observar uma igualdade nas abordagens quantitativa e qualitativa, totalizando dez cada. A terceira abordagem em que mais houve publicações foi a mista, totalizando dois artigos.

Para Gil (2017), a vantagem da abordagem qualitativa depende de diferentes fatores, como a origem dos dados apresentados, a extensão da amostra, os instrumentos e a base teórica. Ela pode ser definida como uma sequência de tarefas que categoriza dados e organizam suas interpretações,

dessa forma, o conjunto inicial de categorias é reorganizado e necessita de textos narrativos e da formação de matrizes e esquemas para ser realizada a análise de conteúdo.

De acordo com Silva (2010), a abordagem quantitativa está relacionada a algo mensurável e observável, em sua análise de dados a interpretação é realizada por meio da linguagem. Ela apresenta características mais formais do que a qualitativa. Sua vantagem está, nos estudos dessa natureza, em suas categorias serem frequentemente estabelecidas a priori e após o tratamento estatístico os dados são organizados em tabelas (GIL, 2017).

Na abordagem mista, o pesquisador expõe os seus dados em elementos lógicos, orientado por consequências e centrado no problema, a sua vantagem está em que esse tipo de técnica envolve combinações quantitativas e qualitativas. Desta forma, a coleta de dados abrange tanto informações numéricas, quanto informações de texto, integrando os dados em diferentes estágios da pesquisa (CRESWELL, 2007).

Tabela 5: Distribuição dos artigos pela população.

POPULAÇÃO ANALISADA NOS ARTIGOS		
	N	%
Adolescentes	7	39%
Adolescentes e adultos	3	17%
Profissionais da saúde	2	11%
Crianças e adolescentes	2	11%
Pais e responsáveis	2	11%
Famílias	1	6%
Crianças e adultos	1	6%
Total	18	100%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Na Tabela 5, são indicadas as populações estudadas pelos artigos. Destaca-se que sete publicações abordaram somente adolescentes, assim como três publicações referem-se a adolescentes e adultos. Nota-se que duas publicações estudaram pais e responsáveis, assim como duas estudaram

profissionais de saúde e duas estudaram crianças e adolescentes. Apenas uma publicação abordou famílias, tal como, uma abordou crianças e adultos.

É possível observar as dificuldades em pesquisas relacionadas a crianças. Para Gaiva (2009), as crianças são autores sociais e produtores de dados para pesquisas, no entanto, apresentam características em seu desenvolvimento que as tornam vulneráveis no aspecto biopsicossocial. Dentre as dificuldades de pesquisa, encontra-se a dificuldade ética. É importante destacar que todas as pesquisas envolvendo crianças precisam ser analisadas de forma a considerar os riscos e benefícios em defesa da proteção da criança, e apesar do conhecimento dos aspectos éticos à aplicação de pesquisas envolvendo crianças, muitas das vezes, elas não são respeitadas pelos pesquisadores.

Desta forma, para Kipper (2016), há um dilema entre as pesquisas com crianças, enquanto há a proteção especial deste grupo, existe a proteção para que o grupo não seja excluído dos potenciais e benefícios oferecidos pelos avanços em ciência e tecnologia. Os aspectos legais e éticos abrangem a complexidade do processo de consentimento dos pais e aprovação da criança.

Defende-se a importância de se estudar outros agentes da violência, como profissionais da saúde, os agressores, a fim de estabelecer uma visão sistêmica do fenômeno. Para Walsh (1998), a teoria sistêmica expande nossa visão de adaptação individual para a mutualidade de influências.

Esta categoria analisa apenas 18 artigos, pois os demais artigos utilizaram outras fontes bibliográficas e documentais.

Tabela 6: Distribuição dos artigos pelas fontes bibliográficas e documentais.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS		
	N	%
Artigos Científicos	2	25%
Registro de atendimentos, supervisões e reuniões	1	25%
Processos judiciais	1	50%
Total	4	100%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Com relação a Tabela 6, é possível observar a preferência dos autores por artigos científicos, sendo que foi utilizado por dois. Em seguida utilizaram-se de registros de atendimentos, supervisões e reuniões, assim como processos judiciais, sendo utilizado por um.

Os artigos científicos são um importante instrumento de coleta em pesquisas bibliográficas. Ainda que, em quase todos os tipos de pesquisa seja necessário algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas especialmente a partir de fontes bibliográficas. A vantagem da pesquisa bibliográfica está em permitir ao observador uma investigação mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2017).

A utilização de registro de atendimentos, supervisões e reuniões e ainda a consulta de processos judiciais, abrangem a pesquisa documental em que são consultados documentos que não podem ser encontrados em bibliotecas. Apresentando, portanto, uma série de vantagens como em considerar que estes documentos exibem uma fonte rica de dados, além de não exigir contato direto com o sujeito da pesquisa (GIL, 2017).

Tabela 7: Distribuição dos artigos pelo delineamento de pesquisa.

DELINEAMENTO DE PESQUISA		
	N	%
Pesquisa de campo	9	41%
Levantamento	6	27%
Estudo de caso	3	14%
Pesquisa Bibliográfica	2	9%
Pesquisa Documental	2	9%
Total	22	100%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

A Tabela 7 indica quais os delineamentos abordados nos artigos analisados. De acordo com os dados, o tipo de delineamento em que mais houve publicações no tema analisado são as pesquisas de campo, totalizando nove

publicações, enquanto há seis publicações que utilizaram o Estudo de Caso. O estudo de levantamento totalizou seis publicações. Enquanto a pesquisa documental totalizou duas publicações, assim como a pesquisa bibliográfica totalizou duas publicações.

A pesquisa de campo para Gil (2017), é desenvolvida por meio de observações direta do grupo estudado e por meio de entrevistas, a fim de captar interpretações do que ocorre no grupo. O pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente. A pesquisa de campo apresenta vantagens como ser realizada no próprio local em que ocorrem os fenômenos, com isso, os seus resultados costumam ser mais confiáveis, entretanto, pode apresentar desvantagens como a sua realização requer maior disponibilidade de tempo do que um levantamento.

As pesquisas de levantamento, consistem na interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja conhecer, é realizada a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado. As principais vantagens então em conhecimento direto da realidade, a economia e rapidez da pesquisa, e a quantificação dos dados obtidos por meio de tabelas, contudo, existem desvantagens, os levantamentos recolhem dados da percepção da pessoa acerca de si mesma, além da pouca profundidade no estudo da estrutura e dos processos sociais e a limitada apreensão do processo de mudança (GIL, 2017).

Para Gil (2017), o estudo de caso consiste em um estudo profundo de um objeto, permitindo o seu amplo e detalhado conhecimento. A suas vantagens estão em explorar situações da vida cotidiana, a preservação do caráter unitário do objeto, auxilia na formulação de hipóteses e desenvolvimento de teorias e a explicação de variáveis causais em situações mais complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos. no entanto, apresenta objeções, uma dela é a falta de rigor metodológico e a dificuldade de generalização, e por fim o tempo destinado a pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é realizada com base em material já elaborado, como livros e artigos científicos. Ainda que, em quase todos os tipos de pesquisa seja necessário algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas

desenvolvidas especialmente a partir de fontes bibliográficas. A sua vantagem está em permitir ao pesquisador uma maior cobertura dos fenômenos do que aquela pesquisada diretamente, sendo de extrema importância quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Todavia, apresenta desvantagens que podem comprometer a qualidade da pesquisa, como a utilização de fontes secundárias equivocadas (GIL, 2017).

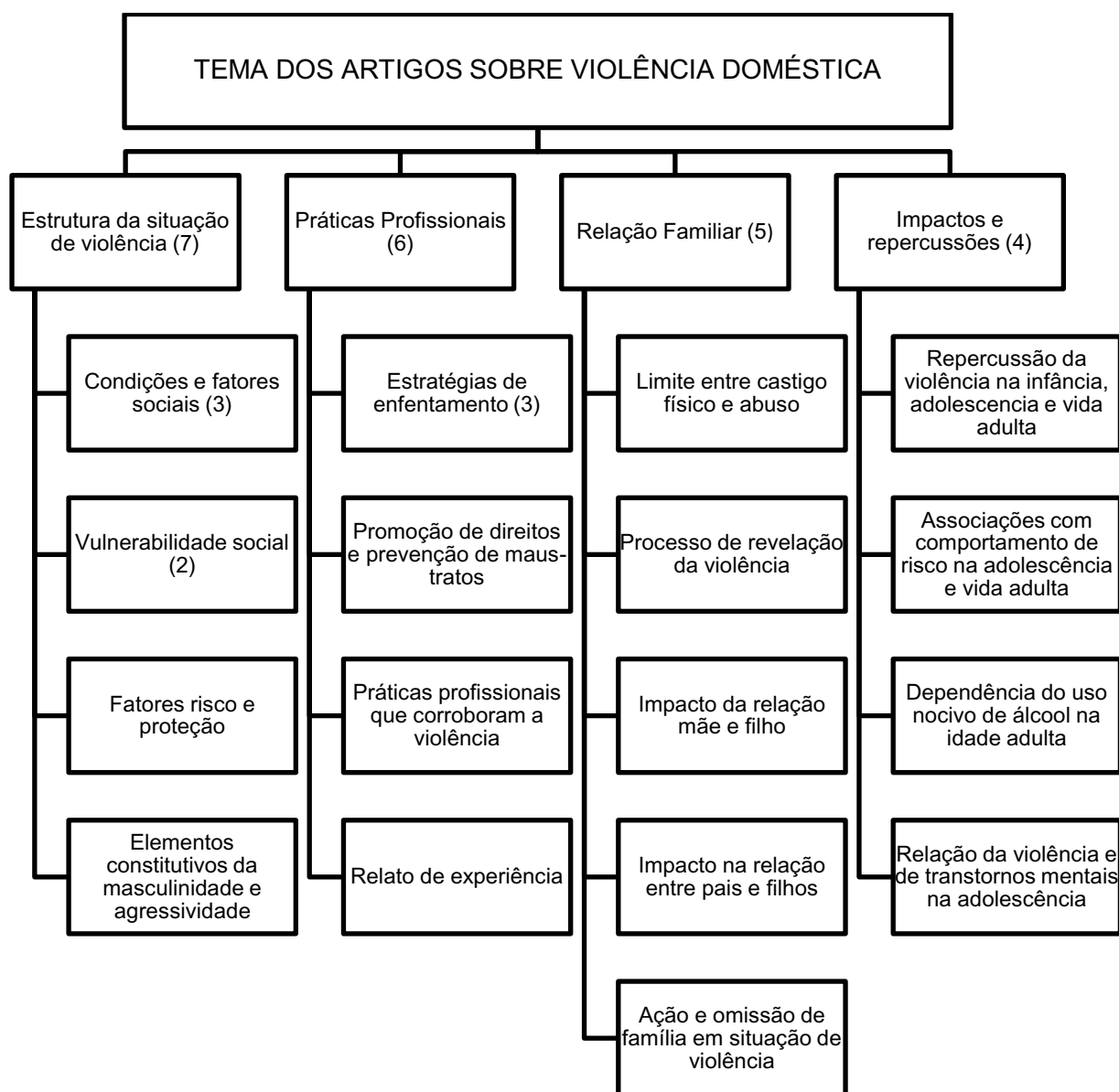
Pesquisa documental tem como fonte bibliográfica materiais que não recebem tratamento analítico e podem ser reelaborados de acordo com os dados da pesquisa, como documentos de órgãos públicos e instituições privadas. As suas vantagens estão em considerar que os documentos constituem uma fonte rica de dados e não exige contato direto com os sujeitos da pesquisa. Desta forma, apresenta também limitações que se concentram na subjetividade dos documentos. As pesquisas elaboradas com essas bases de dados não respondem diretamente a um problema, mas proporcionam uma melhor visão do problema apresentado (GIL, 2017).

4.2 ANÁLISE QUALITATIVA

Nesta subseção analisou-se os seguintes dados: Tema dos artigos analisados, objetivos, principais conclusões e tendências futuras. A Figura 1 aborda as categorias estabelecidas para os estudos a partir do tema dos artigos analisados.

As subcategorias analisadas a partir do tema da pesquisa são: Impactos e repercussão da violência doméstica, estrutura da situação de violência, práticas profissionais e relação familiar. Em cada subcategoria será encontrada artigos que se relacionam no tema abordado, além de ser indicado em cada subcategoria a quantidade de artigos que se relaciona aquele tema. Assim, as Figuras 2, 3, 4 e 5 demonstram cada uma das subcategorias dos objetivos referentes aos artigos analisados.

Figura 1: Categorias dos temas.



Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Na Figura 1, a partir dos artigos selecionados observa-se que, a maior parte dos artigos concentra seu estudo na estrutura da situação de violência, sendo no total sete artigos, esses artigos dividem-se ao estudar as condições e fatores sociais, a vulnerabilidade social, os fatores de risco e proteção e os elementos constitutivos da masculinidade e agressividade.

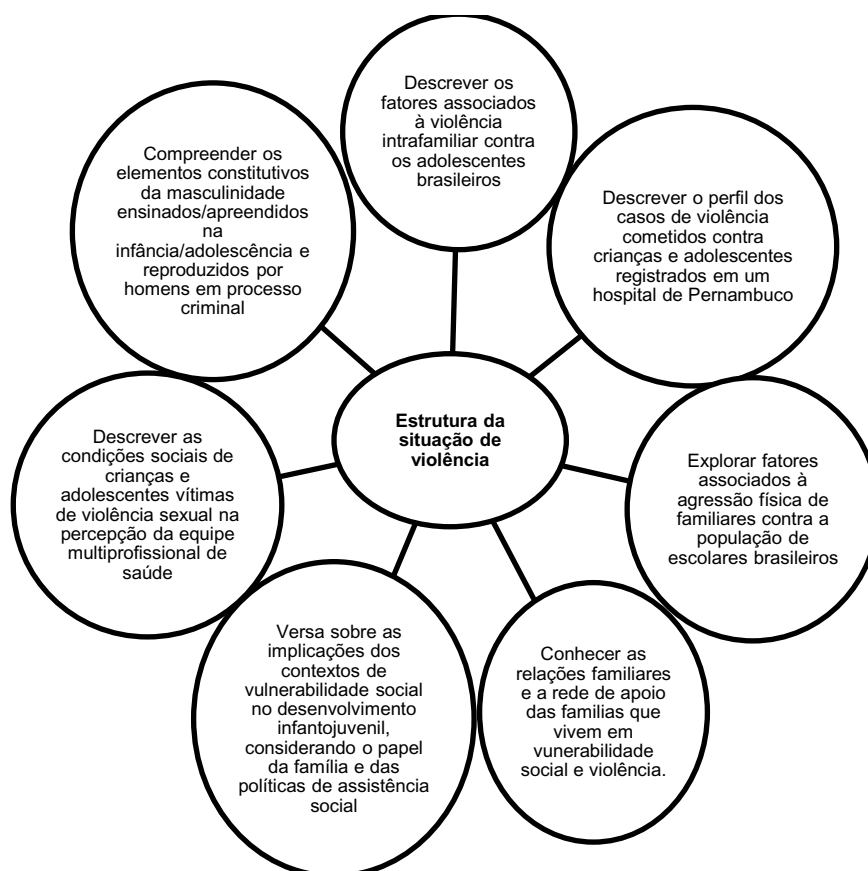
Em seguida, observa-se seis artigos que estudaram as práticas profissionais, três desses artigos abordam as estratégias de enfrentamento, um

artigo a promoção de direitos e prevenção de maus-tratos, assim como práticas profissionais que corroboram com a violência e por fim relatos de experiência.

Logo após, cinco outros artigos abordaram a relação familiar, voltando-se para o limite entre castigo físico e o abuso, processos de revelação da violência, impacto da relação mãe e filho, impacto na relação entre pais e filhos e ação e omissão de família em situação de violência.

Por fim, quatro artigos analisaram os impactos e repercussões, dividindo-se em repercussão da violência na infância, adolescência e vida adulta, assim como, associação com comportamentos de risco na adolescência e vida adulta, dependência do uso nocivo de álcool na idade adulta e a relação da violência e de transtornos mentais na adolescência.

Figura 2: Objetivo dos artigos sobre estrutura da situação de violência



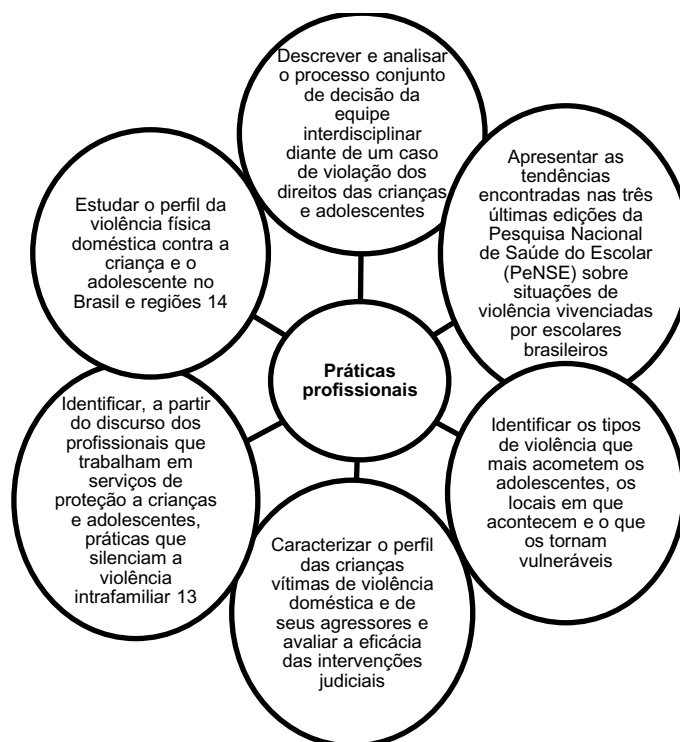
Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

A partir da Figura 3, é possível observar a estrutura da situação de violência. Os autores tiveram como objetivo descrever o perfil e condições sociais de crianças, famílias e profissionais que vivenciaram diferentes situações de violência.

Os autores Malta et al., (2019), tiveram como objetivo descrever os fatores associados à violência intrafamiliar contra os adolescentes brasileiros, assim como os autores Silva et al., (2018) descreveram o perfil dos casos de violência cometidos contra crianças e adolescentes registrados em um hospital de Pernambuco, relacionando-se aos autores Conceição et al., (2022) que descreveram as condições sociais de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual na percepção da equipe multiprofissional de saúde.

Sendo assim, observa-se os autores Silva et al., (2022) que tiveram como objetivo compreender os elementos constitutivos da masculinidade ensinados e aprendidos na infância e adolescência e reproduzidos por homens em processo criminal.

Figura 3: Objetivo dos artigos sobre práticas profissionais



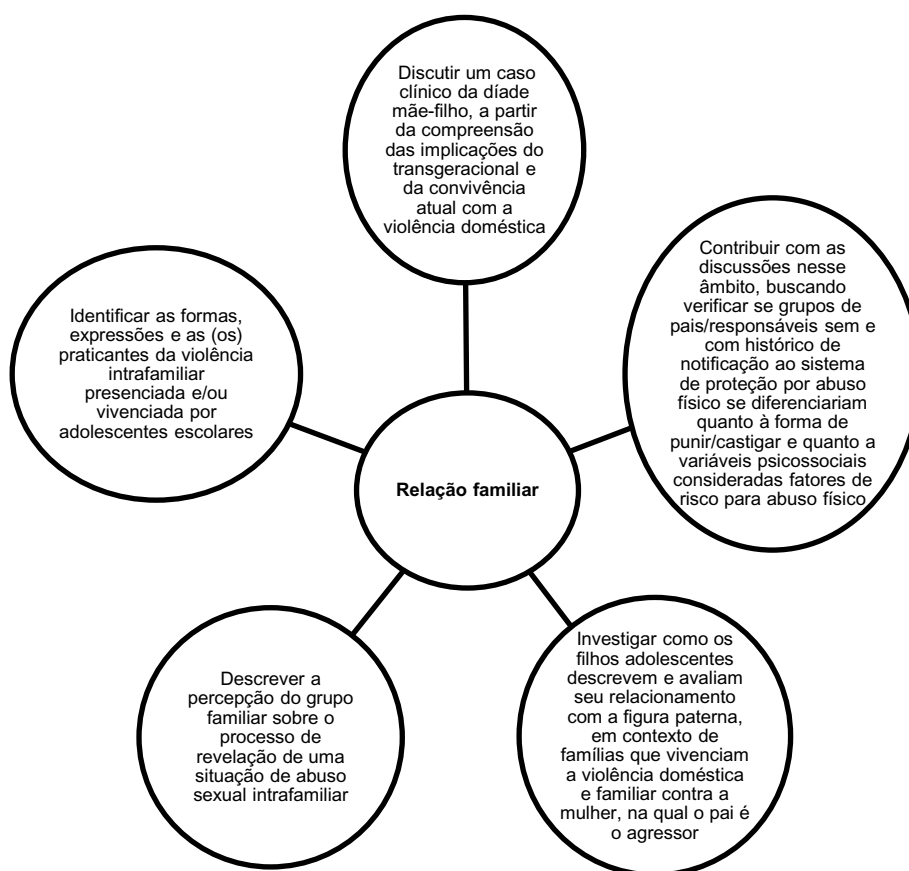
Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

A Figura 4 aborda artigos que se relacionam às práticas profissionais. Os autores tiveram como objetivo identificar, a partir de profissionais da área da saúde, práticas que silenciam a violência e caracterizar o perfil da violência doméstica contra a criança e o adolescente.

Os autores César-Vaz et al., (2018) buscaram identificar as práticas profissionais que silenciam a violência intrafamiliar, se relacionando aos autores Vasconcelos et al., (2020) que buscaram identificar os tipos de violência que mais acometem os adolescentes, os locais em que acontecem e o que os tornam mais vulneráveis. Assim como os autores Calomé, Meliska e Zappe (2021) que descreveram e analisaram o processo conjunto de decisão da equipe interdisciplinar diante de um caso de violação dos direitos.

Os autores Pinto et al., (2018), apresentam as tendências encontradas nas últimas edições da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar sobre situações de violência vivenciadas por escolares, associando-se com os autores Côrtes, Ferreira e Gontijo (2018) que caracterizaram o perfil das crianças vítimas de violência doméstica e de seus agressores. O estudo de Riba e Zioni (2022) buscou identificar o perfil da violência física doméstica contra a criança e o adolescente.

Figura 4: Objetivos dos artigos sobre relação familiar



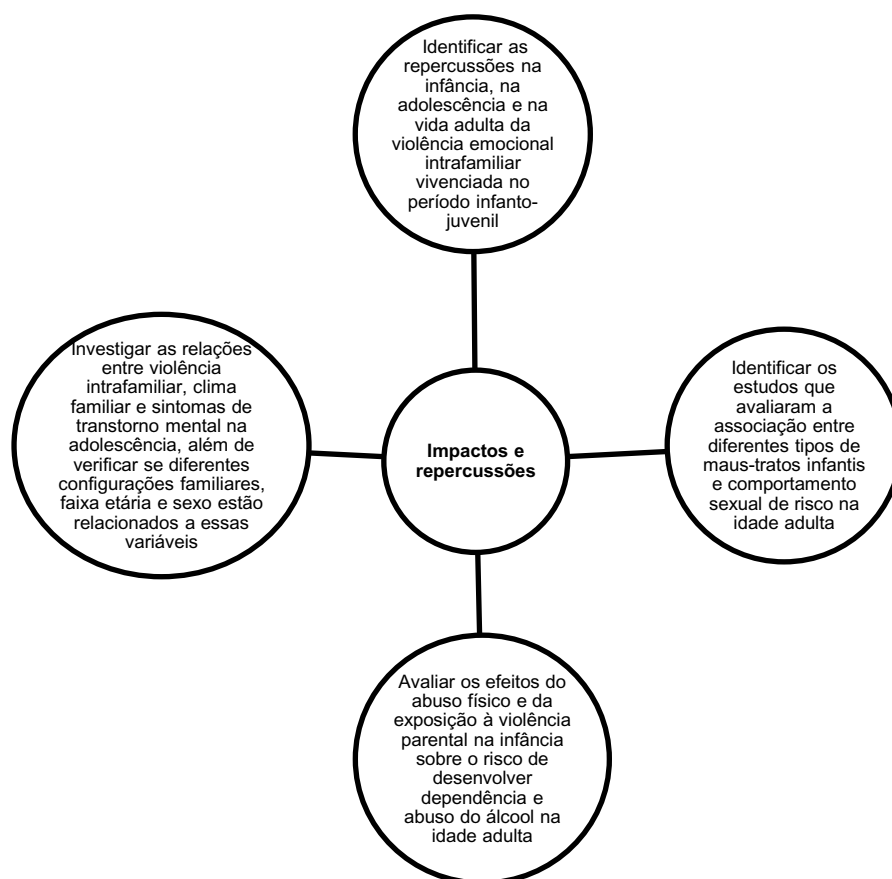
Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

A partir da Figura 4 é possível observar que nesta categoria os artigos relacionam seus objetivos em investigar a relação familiar frente a uma situação de violência. Os autores Justino e Nascimento (2020) procuraram investigar como os filhos adolescentes descrevem e avaliam seu relacionamento com a figura paterna, em contexto de violência doméstica, assim como Conte (2021) que procurou discutir um caso da díade mãe e filho com a violência doméstica.

Os autores Lima et al., (2022) concentraram os seus estudos objetivando identificar formas, expressões e os praticantes da violência intrafamiliar, sendo assim buscou identificar ações e omissões da família em uma situação de violência. Desta forma associa-se com os autores Azevedo e Bazon (2021) em que seu estudo contribuiu com as discussões neste âmbito, buscando verificar

as diferenças entre castigo físico e abuso praticado por pais com e sem histórico de notificação ao sistema de proteção por abuso físico. Assim como os autores Coutinho e Morais (2018) que concentrou sua pesquisa em descrever a percepção do grupo familiar sobre o processo de revelação de uma situação de abuso sexual intrafamiliar.

Figura 5: Objetivo dos artigos sobre impactos e repercussões da violência Doméstica.



Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Com relação a Figura 2, nota-se que os autores buscaram identificar as repercussões na infância, na adolescência e na vida adulta da violência vivenciada no período infanto-juvenil. Os autores Henriques, Rosa e Thomé (2022) buscaram estudar os impactos relacionados a violência emocional

intrafamiliar, os autores Hirschmann, Gonçalves e Martins (2021) buscaram avaliar a associação entre os diferentes tipos de maus-tratos (com ênfase na violência sexual) e o comportamento sexual de risco na idade adulta.

Assim como, Paixão, Patias e Dell'aglio (2018) buscaram investigar a relação entre a violência intrafamiliar e sintomas de transtornos mentais na adolescência, relacionando-se com Zanoti-Jeronymo et al., (2019) que avaliou a associação entre o histórico de violência na infância e a dependência e uso nocivo de álcool na idade adulta.

As subcategorias estudadas sobre as principais conclusões são: Estrutura da situação de violência; Práticas profissionais; Relação familiar e Impactos e repercussões. Assim os quadros 1, 2, 3, 4 e 5 demonstram as conclusões dos artigos analisados.

Quadro 2: Principais conclusões dos artigos sobre estrutura da situação de violência

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DOS ARTIGOS SOBRE ESTRUTURA DA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
Artigo: Garcia, Grossi-Milani, Menegaldi e Sá (2022)
Principais conclusões: Conclui-se que o genograma e o ecomapa constituem-se instrumentos eficazes para a identificação e compreensão dos casos de violência e podem servir como ferramenta no desenvolvimento de ações sociais, na promoção da saúde da família e no fortalecimento de políticas públicas, auxiliando na garantia dos direitos à vida e à saúde da criança.
Artigo: Costa, Nascimento e Silva (2019)
Principais conclusões: Tante norteador de direitos das crianças e adolescentes, e conseqüentemente da família como um todo, já que tal Estatuto é incisivo no que tange à proteção e promoção de um desenvolvimento integral e envolve a família e o Estado para garanti-lo. Da mesma maneira, é relevante que todas as políticas sociais considerem essas relações afetivas familiares como potentes elos nos conflitos e em sua prevenção, assim como focar nas potencialidades de cada jovem desse contexto.
Artigo: Conceição et al., (2022)
Principais conclusões: As interações entre profissionais e crianças ou adolescentes durante o atendimento embasaram as percepções das condições sociais das vítimas. A percepção é relevante, visto que serve para orientar cuidados como o acolhimento, tratamento e acompanhamento das vítimas e seus familiares.
Artigo: Silva et al., (2022)
Principais conclusões: Com base na oralidade masculina, os elementos constitutivos da masculinidade que foram ensinados na infância e na adolescência e reproduzidos por homens em processo criminal por violência conjugal passaram a infidelidade, a supervalorização do trabalho, a provisão familiar, a imposição de normas familiares e a detenção de poder em relação à mulher.
Artigo: Antunes, Machado e Malta (2020)

Continua...

Continuação...

<p>Principais conclusões: A violência intrafamiliar contra o adolescente está relacionada às interações familiares, uso de substâncias psicoativas e à violência no ambiente escolar. Assim, revela a importância da participação de pais e responsáveis na prevenção da violência e dos comportamentos de risco na vida dos adolescentes brasileiros.</p>

<p>Artigo: Malta et. Al., (2019)</p>

<p>Principais conclusões: Conclui-se pela associação entre violência e gênero, com maior vitimização das meninas e entre os adolescentes mais jovens (13 anos). Contextos sociais desfavoráveis aumentaram a violência, como escolares inseridos na força de trabalho e filhos de mães com menor escolaridade. Sofrer agressão aumentou a chance do consumo de substâncias, além de aspectos relacionados ao sofrimento mental, como insônia e solidão. Fatores relacionais, tanto na vida intrafamiliar quanto na escolar, aumentaram a chance do evento.</p>

<p>Artigo: Silva et. al., (2018)</p>

<p>Principais conclusões: O conhecimento epidemiológico sobre os tipos de violência é importante para a avaliação dos programas e políticas já estabelecidos, bem como para orientar as políticas e práticas públicas destinadas a prevenir e lidar com a violência.</p>

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Com relação aos artigos referentes à estrutura da situação de violência, pode-se destacar algumas conclusões apontadas sobre a situação de vulnerabilidade de famílias que vivenciaram a violência doméstica.

Os autores Garcia, Grossi-Milani, Menegaldi e Sá (2022) identificaram por meio do uso de genograma e ecomapas estratégias de identificação e compreensão dos casos de violência, podendo ser utilizados como auxílio no desenvolvimento de ações sociais e na promoção de saúde da família. Bem como, os autores Costa, Nascimento e Silva (2019), apresentam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como instrumento incisivo na proteção e promoção do desenvolvimento integral da família, e deve considerar desta forma, as relações afetivas familiares na prevenção da violência.

Pode-se associar a pobreza como um fator de risco à violência contra a criança e o adolescente. Para Minayo (2001) a violência estrutural é aquela que incide sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, tornando-as vulneráveis em seu crescimento e desenvolvimento, essa forma de violência aparece naturalizada como se não houvesse nela a ação de sujeitos políticos. A comunidade em que a criança ou o adolescente está inserido, desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente seguro ou de risco, as normas culturais, econômicas e políticas exercem influência na violência contra a criança e o adolescente.

Já Antunes, Machado e Malta (2020), relacionou a violência intrafamiliar às interações familiares, ao uso de substâncias psicoativas e a violência no ambiente escolar. Relacionando-se aos autores Silva et al., (2022) que destacou os elementos constitutivos da masculinidade que foram ensinados na infância e na adolescência e reproduzidos por homens em processo criminal por violência conjugal.

As crianças que testemunham ou sofrem violência têm maior probabilidade de perpetuar o ciclo de violência em suas próprias vidas, criando um ciclo que se repete de geração em geração. Algeri e Souza (2006) afirmam que, o ciclo da violência contra crianças e adolescentes está relacionado, diretamente ao relacionamento afetivo entre pais e filho, e muitas crianças ao se sentirem negligenciadas ou abandonadas, não encontram motivos no seu próprio ambiente para acreditar em sua importância. Quando são constantemente submetidas à violência, aprendem que é só desta forma, inadequada, que há a resolução de conflitos.

Para Brito (2005), no Brasil, a violência doméstica é apontada, desde a década de 1970, como uma das principais causas de morbimortalidade. Despertando, no setor saúde, uma grande preocupação com essa temática que, progressivamente, deixa de ser considerada um problema exclusivo da área social e jurídica para ser também incluída no universo da saúde pública.

No Quadro 3 apresenta-se as principais conclusões dos artigos relacionados as práticas profissionais frente a uma situação de violência. Destacando-se a condução de casos e as contribuições à promoção de saúde.

Quadro 3: Principais conclusões dos artigos sobre práticas profissionais

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DOS ARTIGOS SOBRE PRÁTICAS PROFISSIONAIS
Artigo: Calomé, Meliska e Zappe (2021)
Principais conclusões: Em conclusão, destaca-se o valor da condução singular de cada caso, bem como a importância da abertura dos diferentes profissionais pertencentes aos CAPSi para ouvir e trabalhar 'junto com', e não 'para' as crianças e suas famílias. Destaca-se, nesse sentido, a utilidade e relevância da elaboração conjunta do Projeto Terapêutico Singular (PTS), com a participação da família, da usuária e da equipe responsável. Foi possível constatar que a interação recíproca de todos os membros da família é que resultou na manutenção da totalidade do seu sistema, de forma que, para que ocorram mudanças nas formas de relação, todo o conjunto precisa de um olhar de assistência e cuidado.

Continua...

Continuação...

Artigo: Côrtes, Ferreira e Gontijo (2018)
Principais conclusões: Estudo revelou a importância do Poder Judiciário no enfrentamento à violência praticada contra crianças e adolescentes, visto que na quase totalidade dos processos analisados as crianças saíram da situação de risco, após intervenção judicial. As medidas protetivas, estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente se apresentaram como importante instrumento no combate à violência infantil, uma vez que possibilitam à criança proteção e acesso aos direitos garantidos em lei.
Artigo: César-Vaz et al., (2018)
Principais conclusões: As práticas desenvolvidas pelos profissionais deste estudo podem contribuir para a reincidência da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, colocando em evidência as fragilidades dos serviços que compõem a rede de proteção infanto-juvenil. Diante disso, este estudo propõe refletir sobre novas formas de agir frente à violência intrafamiliar, com vistas a assegurar que crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos.
Artigo: Riba e Zioni (2022)
Principais conclusões: A violência física doméstica contra crianças e adolescentes é um grave problema de saúde pública que traz inúmeros agravos, nos casos mais extremos pode matar. Conhecer os dados epidemiológicos acerca desse fenômeno são fundamentais para subsidiar as políticas públicas de saúde e direcionar a atenção adequada às vítimas.
Artigo: Vasconcelos et. al., (2020)
Principais conclusões: O bullying, a violência sexual e a violência intrafamiliar foram os tipos de violência contra o adolescente que mais sobressaíram na literatura científica analisada. A atuação em rede intersetorial articulando principalmente os setores saúde e educação foi apontada como importante estratégia de enfrentamento da violência contra adolescentes.
Artigo: Pinto et. al., (2018)
Principais conclusões: PeNSE contribuiu para identificar o aumento das prevalências de violências vividas pelos adolescentes, o que alerta para a necessidade de planejamento e implementação de políticas que contribuam para a prevenção de violência, promoção da saúde e da cultura de paz.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Com relação aos artigos analisados referentes as práticas profissionais, pode-se destacar algumas conclusões apontadas relacionadas a relatos de condução de caso e sobre contribuições à promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Os artigos que objetivaram analisar relatos de condução de caso foram Calomé, Meliska e Zappe (2021) que trabalharam a importância da abertura dos diferentes profissionais pertencentes ao CAPS, assim como a elaboração conjunta de um projeto terapêutico. César-Vaz et al. (2018) abordou as novas formas de agir do profissional de saúde frente à violência intrafamiliar.

As práticas profissionais desempenham um papel fundamental na identificação, prevenção e intervenção em casos de violência contra a criança, se torna essencial que os profissionais da saúde sejam treinados e estejam

cientes das melhores práticas para garantir o bem-estar. Para Cocco et al. (2010) a falta de conhecimento do profissional de saúde sobre os sinais da violência constitui uma barreira para a identificação dos maus-tratos e manutenção do ciclo de violência contra crianças e adolescentes. Costa et al. (2015) afirma que a violência psicológica, que não apresenta sinais claros como a violência física, dificulta a tomada de decisão do profissional de saúde e constitui uma barreira no atendimento inicial da vítima.

Os trabalhos que abordaram as contribuições para a promoção de direitos foram de Côrtes, Ferreira e Contijo (2018), que analisaram a importância do Poder Judiciário no enfrentamento da violência, visto que as crianças analisadas saíram da situação de risco, após intervenção judicial. Assim como os autores Riba e Zioni (2022) buscaram conhecer como os dados epidemiológicos sobre a violência física contra crianças e adolescentes, são fundamentais para subsidiar as políticas públicas de saúde. Os autores Vasconcelos et al. (2020) apontaram como principal estratégia de enfrentamento a atuação dos profissionais em rede intersetorial. Pinto et al. (2018), através do PeNSE, objetivou-se na identificação do aumento da violência vivida por adolescentes.

Frequentemente o profissional de saúde se depara com situações de difícil diagnóstico e desconhece qual encaminhamento deve fazer a criança e vítima, desta forma, é ressaltada a importância de uma avaliação multidisciplinar, em que diferentes profissionais de diferentes áreas podem compartilhar decisões frente ao caso (FERNANDES, 2007). Desta forma, o profissional deve trabalhar em conjunto com outros profissionais, como psicólogos, assistentes sociais e membros de aplicação da lei, para garantir uma resposta abrangente e eficaz.

No Quadro 4 apresenta-se as principais conclusões dos artigos relacionados as relações familiares frente a uma situação de violência.

Quadro 4: Principais conclusões dos artigos sobre relação familiares

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DOS ARTIGOS SOBRE RELAÇÃO FAMILIARES
Artigo: Azevedo e Bazon (2021)
Principais conclusões: Os resultados indicaram que, no grupo de pais/responsáveis notificados, as punições corporais seriam mais graves, exceto pela presença de sentimento de raiva, aspecto que caracterizaria a prática disciplinar em ambos os grupos. Tais diferenças no plano do comportamento de punir fisicamente se mostraram associadas a diferenças nos planos da maior parte das variáveis psicossociais avaliadas.
Artigo: Coutinho e Moraes (2018)
Principais conclusões: A análise dos dados permitiu a visualização da família em estudo e do seu envolvimento em uma complexa teia de relações, a qual era composta por várias redes de relações que se influenciaram dinamicamente e recursivamente. Nesse sentido, ao estabelecer uma relação entre os participantes, o estudo descreveu a rede de relações que se formou no processo da revelação do abuso sexual: grupo familiar (irmão mais velho e pai-biológico); a rede informal (vizinha e liderança da igreja) e a rede de apoio Institucional (CRAS e CREAS). Conhecendo as relações na qual a família está inserida, percebeu-se seu nicho ecológico e os apoios que ali podem ser encontrados. A contribuição da rede de apoio informal mostrou-se com um papel decisivo, influenciando, sobremaneira, as ações da família; seja no sentido de realizar a denúncia, mas também de sustentar a decisão tomada e suas consequências, através do apoio emocional que recebiam.
Artigo: Conte (2021)
Principais conclusões: Com base no estudo de caso relatado, compreende-se que a escolha dos parceiros amorosos é perpetuada por desejos e conflitos infantis, a fim de que o casal possa dar um destino a suas pulsões sexuais infantis, de formas mais ou menos satisfatórias, frente às ansiedades de castração. Nesse sentido, com o surgimento de um filho, novas posições são remanejadas pelos pais, para que as figuras materna e paterna contribuam para o desenvolvimento de seu filho.
Artigo: Justino e Nascimento (2020)
Principais conclusões: Pode-se considerar que os resultados desse estudo reforçam as análises que indicam uma relação entre a qualidade das relações conjugais e as outras dimensões da vida familiar, sobretudo a parentalidade. O relato dos adolescentes a respeito da relação com a figura paterna revela relações frágeis e em alguns casos permeadas pela violência.
Artigo: Lima et. al., (2022)
Principais conclusões: O estudo mostra que as(os) adolescentes experienciam a violência intrafamiliar, presenciando-a e/ou vivenciando-a nas formas psicológica, física e sexual com maior expressão por meio do xingamento, humilhações, tapas, beliscões e mexer no corpo. Chama a atenção para a naturalização da violência psicológica e física arraigada na crença social de medida educativa e majoritariamente praticada por mães e pais, responsáveis pela perpetuação dos abusos aos menores mascarados como método educativo. Por outro lado, a violência sexual, mais cometida por outros parentes, atrela-se ao medo e/ou à dificuldade de falar sobre o ocorrido.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Com relação aos artigos sobre relações familiares, os objetivos envolvem o contexto em que as situações de violência estão relacionadas, além das consequências familiares e ferramentas para mapear e diagnosticar as situações de violência. O autor Conte (2021) analisou o impacto da violência na relação mãe e filho, assim como os autores Justino e Nascimento (2020) por meio de relato de adolescentes, investigou a relação entre pais e filhos.

A violência entre pais e filhos tem um impacto profundo nas crianças, afetando seu bem-estar emocional, físico e psicológico. Para Ximenes et al. (2009) na relação familiar agressões físicas, abuso sexual, tortura, ameaças à vida da criança e do adolescente, podem ser considerados eventos ameaçadores e desencadear o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), que é um dos problemas de saúde mental mais associados à vitimização da violência. Interferindo, deste modo, na relação entre pais e filhos, com isso, a criança pode experimentar sentimentos de medo, ansiedade, depressão, raiva, podendo levar a problemas de saúde mental a longo prazo, afetando também a autoimagem da criança. A violência, sendo assim, pode criar um ambiente de tensão e medo constante.

Os trabalhos que abordaram as consequências familiares foram dos autores Azevedo e Bazon (2021) estudaram os limites entre castigo físico e abuso e se pais e responsáveis com e sem histórico de notificação ao sistema de proteção se diferenciaram quanto a forma de punir e castigar a criança e o adolescentes e quanto as variáveis psicossociais considera fatores de risco para o abuso físico. Assim como Coutinho e Moraes (2018) realizaram uma análise dos dados que permitiu a visualização da família em estudo e do seu envolvimento em uma complexa teia de relações, que se formou no processo da revelação do abuso sexual. Os autores Lima et al. (2022) estudaram a naturalização da violência psicológica e física perpetuada na crença social de medida educativa e majoritariamente praticada por mães e pais.

A família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento infantil, e sua influência pode ser tanto protetora quanto prejudicial. Pereira-Silva e Dessen (2003) afirmam que as interações estabelecidas dentro de um núcleo familiar trazem as consequências mais significativas no desenvolvimento da criança, embora outros sistemas sociais também interfiram no seu desenvolvimento. Com isso, a criança aprende muito com os membros de sua família, se a violência, seja física, emocional ou verbal é prevalente, a criança pode ser influenciada e acreditar que essa é uma forma aceitável de resolução de conflitos.

No quadro 5, apresenta-se as principais conclusões dos artigos relacionados aos impactos e repercussões da situação de violência.

Quadro 5: Principais conclusões dos artigos sobre impactos e repercussões

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DOS ARTIGOS SOBRE IMPACTOS E REPERCUSSÕES
Artigo: Henriques, Rosa e Thomé (2022)
Conclusão resumida: Conclui-se que a violência emocional vivenciada na infância e na adolescência é transcultural, transgeracional e um fator de risco para o desenvolvimento, podendo ocasionar prejuízos cognitivo-comportamentais e interferir nos relacionamentos interpessoais ao longo do ciclo de vida. Tornar visível este tipo de violência contribui para enfrentamento e minimização dos efeitos negativos da violência.
Artigo: Hirschmann, Gonçalves e Martins (2021)
Conclusão resumida: Os maus-tratos infantis influenciam de maneira negativa os comportamentos sexuais na vida adulta. Os CSR (comportamento sexual de risco) são desfechos menos explorados e devem ser melhor investigados em estudos longitudinais, que permitem avaliar os efeitos sobre os comportamentos sexuais ao longo da vida e entender melhor os possíveis mecanismos envolvidos nessa relação.
Artigo: Zanoti-Jeronymo et al., (2019)
Conclusão resumida: O presente estudo mostrou uma associação entre a ocorrência de abuso físico e a exposição à violência parental na infância, conforme relatado por adultos.
Artigo: Paixão, Patias e Dell'aglio (2018)
Conclusão resumida: Os resultados da regressão linear demonstraram que a violência intrafamiliar, o conflito e o apoio foram variáveis que se associaram para explicar os sintomas de transtornos mentais. Observou-se que a violência intrafamiliar e o conflito podem explicar a maior presença de sintomas de transtornos mentais, conforme também observado em estudos anteriores.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Com relação ao quadro de conclusões referentes aos impactos e repercussões, pode-se destacar que os autores realizaram conclusões referentes as consequências na infância, na adolescência e na vida adulta, ao processo de violência doméstica e intrafamiliar.

A respeito dos fatores de risco os autores Henriques, Rosa e Thomé (2022) afirmaram que a violência doméstica vivenciada na infância e na adolescência é um fator de risco para o desenvolvimento, podendo gerar prejuízos cognitivos e comportamentais e interferir nos relacionamentos ao longo da vida.

Papalia e Feldman (2013) afirmam que a socialização faz com que a criança desenvolva habilidades e hábitos tornando-se membros responsáveis e produtivos em uma sociedade. Com isso a maneira como os pais se relacionam com os seus filhos pode anteceder uma dificuldade de socialização ou favorecer o desenvolvimento da consciência moral do indivíduo. Assim, a violência

praticada pelos pais tem impacto nas relações interpessoais da criança. Crianças e adolescentes que sofrem violência podem ter dificuldades em construir relacionamentos saudáveis e confiar em outras pessoas. Para Ximenes et al. (2009) crianças e adolescentes continuamente expostos a violência têm alto risco de desenvolver uma série de problemas psicológicos, como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ansiedade, depressão, raiva e dissociação.

A respeito da dependência do uso de álcool na fase adulta, os autores Zanoti-Jeronymo et al., (2019) concluíram que há uma relação entre a ocorrência do abuso físico e a exposição à violência parental na infância, assim como os autores Paixão, Patias e Dell'aglio (2018) identificaram que a violência intrafamiliar, o conflito e o apoio são variáveis que possam explicar os sintomas de transtornos mentais, do mesmo modo que, apresenta maior quando observado frente a violência e ao conflito.

Para Barnett (1997), o principal fator de risco para o desenvolvimento infantil é o maltrato a criança, em diferentes situações de violência, associando-se a psicopatologia do desenvolvimento. As consequências da violência estão relacionadas a cognição, a linguagem, ao desempenho acadêmico e ao desenvolvimento socioemocional, com isso, crianças que vivenciam tal violência podem apresentar dificuldade de regulação emocional e em comportamentos gerais. Desta maneira, a violência contra a criança é perpetuada até os dias atuais e produz consequências já estudadas anteriormente. A violência afeta o desenvolvimento emocional, comportamental, social, sexual e cognitivo das vítimas, interferindo negativamente no seu bem-estar e qualidade de vida, e as sequelas podem persistir ao longo da fase adulta (FREITAS, 2015).

No Quadro 6, apresenta-se as principais tendências futuras dos artigos sobre impactos e repercussões, assim como nos artigos sobre a estrutura da situação de violência, artigos sobre as práticas profissionais frente a uma situação de violência e artigos sobre as relações familiares

Quadro 6: Tendências futuras dos artigos

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS FUTURAS DOS ARTIGOS SOBRE IMPACTOS E REPERCUSSÕES
Artigo: Hirschmann, Gonçalves e Martins (2021)
Principais tendências futuras: São necessários novos estudos que avaliem essa relação de maneira longitudinal, incluindo os diferentes tipos de maus-tratos e os possíveis mecanismos dessa relação.
PRINCIPAIS TENDÊNCIAS FUTURAS DOS ARTIGOS SOBRE ESTRUTURA DA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
Artigo: Costa, Nascimento e Silva (2019)
Principais tendências futuras: Pesquisar e dialogar com a família dos participantes; usar estratégias de coleta de dados tanto individuais como coletivas por meio de grupos de discussões; realizar pesquisas com os trabalhadores do CRAS para que sejam observadas suas práticas e percepções frente às famílias que atendem no território, oferecendo, desse modo, a oportunidade de uma análise macro para um melhor entendimento.
Artigo: Silva et. al., (2018)
Principais tendências futuras: Reconhecer os mais importantes tipos de violência entre as crianças e adolescentes pode servir de base para a expansão e adequação dos programas de prevenção da violência e cultura de paz, orientando ações para este grupo vulnerável.
PRINCIPAIS TENDÊNCIAS FUTURAS DOS ARTIGOS SOBRE PRÁTICAS PROFISSIONAIS
Artigo: Calomé, Meliska e Zappe (2021)
Principais tendências futuras: Almejam-se mais ações de promoção e proteção de saúde mental que possam ser promovidas por serviços que se deparam com a violência cotidianamente, como os CAPSi.
PRINCIPAIS TENDÊNCIAS FUTURAS DOS ARTIGOS SOBRE RELAÇÃO FAMILIARES
Artigo: Justino e Nascimento (2020)
Principais tendências futuras: A importância de que os estudos sobre o tema levem em consideração também a perspectiva dos filhos e que os serviços direcionados a prevenção e cuidado em relação à violência conjugal ampliem a rede de apoio para às crianças e adolescentes das famílias, além de focalizar também os efeitos dessa vivência na parentalidade.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Com relação às tendências futuras encontradas nos artigos pesquisados, percebe-se que ainda há muito o que estudar com relação a esse tema e muitas contribuições devem ser realizadas para o aumento de programas de prevenção da violência e promoção da cultura de paz.

Os autores Hirschmann, Gonçalves e Martins (2021) propõem que sejam realizadas pesquisas longitudinais. Para Morling (2015), a pesquisa longitudinal envolve o acompanhamento do mesmo grupo de participantes por certo período, havendo repetidas coletas de informações em intervalos regulares, com base nos mesmos métodos variáveis. Desta forma, esse delineamento de pesquisa permite avaliar a continuidade e as mudanças dos indivíduos ao longo do tempo. Assim como Costa, Nascimento e Silva (2019) propõem um acompanhamento

com as famílias dos participantes para que haja uma análise macro para melhor entendimento.

Os autores Calomé, Meliska e Zappe (2021) e Justino e Nascimento (2020) propõem estudos que visam a promoção e proteção de saúde ampliados às crianças e adolescentes que se encontram em situação de violência, além de discutir os efeitos da violência. Para Ferreira et al. (2019), a promoção envolve estratégias de prevenção primária que buscam evitar que a violência ocorra em primeiro lugar, como estratégias de conscientização de pais e cuidadores, bem como os direitos das crianças e intervenções adequadas com leis e políticas que protegem os direitos das crianças, com isso as medidas de proteção aplicadas pelo Poder Judiciário às crianças e adolescentes em situação de risco garantem o desenvolvimento biopsicossocial das vítimas e as asseguram efetiva proteção.

Desta forma, se faz necessário a conscientização individual e coletiva da forma de se relacionar com a criança, estabelecendo, portanto, um viver saudável e a oportunidade para romper-se o ciclo da violência multigeracional. A conscientização individual pode ajudar a romper o ciclo de abuso, quando o indivíduo compreende os efeitos prejudiciais da violência infantil e oferece apoio às vítimas, questionando normas culturais e sociais que perpetuam a violência (ALGERI; SOUZA, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, os artigos relacionados à temática foram divididos em categorias, sendo: os que abordam a estrutura da situação de violência; as práticas profissionais frente a situação de violência; a relação familiar e os impactos e repercussões que a violência causa na infância, adolescência e vida adulta.

A violência doméstica contra a criança e o adolescente, é ofuscada por fatores sociais e culturais que desvalorizam a voz e a autonomia das crianças. Além de ser perpetuada por hierarquias familiares rígidas e crenças sobre disciplina, que justificam o abuso, e a falta de conscientização entre profissionais da saúde que nem sempre são devidamente treinados para identificar os sinais de violência e desconhecem as leis e políticas de proteção à criança. Desta forma, o pensamento científico possui condições de identificar as circunstâncias e principalmente os problemas que a violência causa.

Assim, ao analisar os artigos e produções dos últimos cinco anos a respeito do tema (2018 a 2022), foi possível verificar que a maioria deles tratam a respeito da estrutura da situação de violência. Desta forma, pessoas que se encontram em maior vulnerabilidade, relacionadas às condições sociais desfavoráveis como a pobreza, promiscuidade, rede de apoio médico e social deficitária, desemprego, condições ruins de moradia, estão mais vulneráveis a situações de violência. A pobreza e a desigualdade social resultam em um conjunto de relações e circunstâncias que afastam as pessoas dos seus direitos.

Foi possível verificar também que as práticas profissionais desempenham um papel crítico na identificação, intervenção e apoio em casos de violência doméstica contra as crianças. Os profissionais da saúde frequentemente têm contato regular com crianças e quando bem-posicionados podem identificar precocemente sinais de abuso ou negligência, mudanças comportamentais, atrasos no desenvolvimento ou transtornos relacionados a saúde mental. A identificação precoce é fundamental para interromper a violência e proteger a criança. Contudo, existem práticas profissionais que silenciam a violência

intrafamiliar, como o agir reducionista do profissional em tratar somente os sintomas físicos, o encaminhamento a outros profissionais como transferência de responsabilidade e a exclusão do agressor do processo de intervenção tratando somente as crianças, que quando retornam aos seus lares permanecem no convívio com o agressor que continuará perpetrando a violência.

Foi possível observar as consequências que a violência doméstica causa no desenvolvimento infantil. Estas consequências podem ser de curto a longo prazo e dependem da intensidade, duração e frequência da exposição da violência. As principais consequências no desenvolvimento infantil são problemas de saúde mental como transtornos de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, além da exposição poder levar a um comportamento agressivo, dificuldade de regulação emocional, baixa autoestima e autoimagem negativa, problemas de relacionamentos e reprodução do ciclo intergeracional de violência. As crianças expostas à violência precisam de proteção, apoio e ajuda para se recuperarem e se desenvolverem.

A família se encontra em um papel fundamental para o desenvolvimento saudável da criança, visto que é o primeiro ambiente em que a criança cresce e se desenvolve. Relações familiares desarmônicas podem ser vistas como um fator de risco a violência doméstica contra a criança, como pais separados, baixo nível de escolaridade dos pais, famílias nas quais os pais abusadores ou negligentes foram abusados na infância, pais usuários de substâncias psicoativas ou portadores de outros transtornos psíquicos. O domicílio como local recorrente das diferentes formas de violência contra a criança e o adolescente mostra-se como um fator dificultador da notificação como acontecimento do contexto familiar, dificultando a abordagem devido a um pacto de silêncio.

Nota-se a necessidade de ações voltadas a esse público, visto que as crianças e adolescentes são um dos segmentos sociais que mais exprimem necessidade no estado da cidadania e do tratamento dos direitos humanos no Brasil.

Para próximos estudos, é fundamental destacar a necessidade de compreender os diferentes tipos de maus tratos, além de serem necessários

estudos que visam a promoção e proteção de saúde ampliados às crianças e adolescentes que se encontram em situação de violência. Além de estudos que propõem um acompanhamento com as famílias das crianças vítimas da violência, para que haja uma avaliação abrangente e ampla da situação de violência auxiliando na identificação de intervenções, políticas públicas e programas de intervenção.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Francyne dos Santos; SILVA, Cristiane Moreira da; PEREIRA, Daniela Roberta de Paula. Quebra do silêncio em grupo on-line de enfrentamento ao abuso sexual infantil. **Psicologia em estudo**, v. 28, 2023.
- ANTUNES, Juliana Teixeira; MACHADO, Ísis Eloah; MALTA, Deborah Carvalho. Fatores de risco e proteção relacionados à violência intrafamiliar contra os adolescentes brasileiros. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, jul 2020.
- ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel de Vasconcelos Carvalhães; XIMENES, Liana Furtado. Violência e transtorno de estresse pós-traumático na infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 417-433, 2009.
- AZEVEDO, Roberta Noronha; BAZON, Marina Rezende. Pais/cuidadores com e sem histórico de abuso: Punição Corporais e Características Psicológicas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. 1-16, set 2021.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Lei nº 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 13 jun. 1990. Disponível em://cutt.ly/yECVBmB. Acesso em: 7 ago. 2023.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, v. 57, out 2004.
- COCCO, Marta et al. Violência contra crianças e adolescentes: estratégias de cuidado adotadas por profissionais de saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 292-300, abr./jun. 2010.
- COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de; SILVA, Luciane Lemos da. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, p. 93-103, abr 2007.
- COLOMÉ, Carolina Schmitt; MALISKA, Juliana Kuster de Lima; ZAPPE, Jana Gonçalves. Condução de um caso de violência contra a criança: Relato de experiência. **SPAGESP**, Riberão Preto, v. 22, dez 2021.
- CONCEIÇÃO, Marimeire Morais da *et al.* Condições sociais de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual: percepções da equipe multiprofissional. **Avances en enfermería**, 2022.
- CONTE, Raquel Furtado. "O guri tá muito grudado": impacto da violência doméstica na díade mão-filho. **Estudos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 55, p. 247-254, jul 2021.

COSTA, Dayse Kalyne Gomes *et al.* Concepções e práticas dos profissionais de saúde acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 79-95, 2015.

COSTA, Rafaela Rocha da; NASCIMENTO, Arles Monaliza Rodrigues; SILVA, Aline Juliana Nunes da. As implicações dos contextos de vulnerabilidade social no desenvolvimento infantojuvenil: da família à assistência social. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei, v. 14, p. 1-17, jun 2019.

COUTINHO, Márcia Moraes Lima; MORAIS, Normanda Araujo de. O processo de revelação do abuso sexual intrafamiliar na percepção do grupo familiar. **Mental Álcool e Drogas**, Fortaleza, 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Método qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. 2007.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**: Lei Maria da Penha – 11.340/2006 Comentado artigo por artigo. Editora Juspodivm, 2023.

DESSEN, Maria Auxiliadora; SILVA, Simone Cerqueira. Programas de Educação Familiar para famílias de crianças com deficiência: uma proposta promissora. **Contextos Clínicos**, v. 11, p. 59-71, abr 2018.

FERREIRA, Cleiciara Lúcia Silva; CÔRTEZ, Maria Conceição J. Werneck; GONTIJO, Eliane Dias. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3997-4008, nov 2019.

FERREIRA, Cleiciara Lúcia Silva; CÔRTEZ, Maria Conceição J. Werneck; GONTIJO, Eliane Dias. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 24, Nov 2019.

GAIVA, Maria Aparecida Munhoz. Pesquisa envolvendo crianças: aspectos éticos. **Revista Bioética**, v. 17, p. 135-146, 2009.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 57-73, fev 2020.

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRAZIOSI, Maria Elisabete Salvador *et al.* **Pesquisa em Bases de Dados**. 2012.

HENRIQUES, Catarina Gordiano Paes; THOMÉ, Luciana Dutra; ROSA, Edinete Maria. Violência emocional intrafamiliar contra crianças e adolescentes e suas repercussões: uma revisão sistemática de literatura. **Psicologia PUC**, v. 53, 7 nov 2022.

HIRSCHMANN, Roberta; MARTINS, Rafaela Costa; GONÇALVES, Helen. Maus-tratos infantis e comportamentos sexuais de risco na idade adulta: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26. p.057–5068, out 2021.

HOHENDORFF, Jean Von; KOLLER, Sílvia Helena; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 182-198, 2015.

JERONYMO, Daniela Vigano Zanoti *et al.* Violência na infância, exposição a violência parental e abuso e/ou dependência de álcool na idade adulta. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, v. 15, mar 2019.

JUSTINO, Yara Alves Costa; NASCIMENTO, Célia Regina Rangel. Relação entre pais e filhos adolescentes em famílias que vivenciaram a violência conjugal. **SPAGESP**, Riberão Preto, v. 21, jun 2020.

LIMA, Carla Cristina Oliveira de Jesus *et al.* Violência intrafamiliar presenciada e vivenciada por adolescentes escolares. **Cogitare Enfermagem**, v. 27, 2022.

LIMA, Maria do Carmo Campos Santos *et al.* Atuação profissional da atenção básica de saúde face à identificação e notificação da violência infanto-juvenil. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 35, p. 118-137, jun 2011.

MAIA, Joviane Marcondelli Dias; WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em Psicologia**, v. 13, p. 91-103, dez 2005.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* Fatores associados aos episódios de agressão familiar entre adolescentes, resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24. p.1287–1298, abr 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. v. 1, p. 91-102, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos de Atenção Básica: Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência intrafamiliar: Orientações para a prática em serviço**. Editora MS, 2002.

MIURA, Paula Orchiucci *et al.* Violência doméstica ou violência intrafamiliar: análise dos termos. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018.

MORAIS, José Luiz Machado; CONCEIÇÃO, Arlindo Flavio. Ferramentas Tecnológicas e Metodologias de Apoio à Aprendizagem Personalizada no Ensino Superior: uma Revisão Sistemática. **INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO: teoria & prática**, v. 21, p. 124-140, dez 2018.

MORAN, Márcio Roberto. Alianças Estratégicas: uma análise bibliométrica da produção científica entre 1989 e 2008. **Revista de Ciências da Administração**, v. 12, p. 63-85, ago 2010.

MORLING, Beth. **Research methods in Psychology: Evaluation a world of information**. New York: Norton & Company, Inc, 2015.

PAIXÃO, Raquel Fortini; PATIAS, Naiana Dapieve; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco . Relações entre violência, clima familiar e transtornos mentais na adolescência. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 1, p. 101-122, 2018.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. McGraw Hill Brasil, 12. ed., 2013.

PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. **A psicologia da criança**. São Paulo, Difel, 1976.

PINTO, Isabella Vitral *et al.* Tendências de situações de violência vivenciadas por adolescentes brasileiros: Pesquisa acional de Saúde do Escolar 2009, 2012 e 2015. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 21, 2018.

RIBA, Aline Conegundes; ZIONI, Fabiola. O corpo da criança como receptáculo da violência física: análise dos dados epidemiológicos do Viva/Sinan. **Saúde em debate**, v. 46, p.193–207, dez 2022.

SÁ, Jeferson de Souza *et al.* Uso do genograma e do ecomapa na avaliação das relações familiares de crianças em situação de vulnerabilidade e violência. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 80-90, dez 2022.

SCHEK, Gabriele *et al.* Práticas profissionais que silenciam a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 27, 2018.

SIDONE, Otávio José Guerci *et al.* A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **TransInformação**, Campinas, v. 28, p. 15-31, abr 2016.

SILVA, Andrey Ferreira da *et al.* Elementos constitutivos da masculinidade ensinados/apreendidos na infância e adolescência de homens que estão sendo processados criminalmente por violência contra a mulher/parceira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27. p. 2123–2131, jun 2022.

SILVA, Lygia Maria Pereira da *et al.* Violência perpetrada contra criança e adolescentes. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 12, p. 1696-1704, jun 2018.

SOUZA, Cecília de Melo; ADESSE, Leila. **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Brasília: Ipas Brasil, 2005.

SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia. O debate Piaget/Vygotsky e as políticas educacionais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 77, p. 69-81, 1991.

VASCONCELOS, Maristela Inês Osawa *et al.* Violência contra adolescentes e as estratégias de enfrentamento. **Enfermagem em Foco**, v. 11, p. 144-151, dez 2020.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **REV BRAS EPIDEMIOL**, 2020.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

WALSH, Froma. **Strengthening family resilience**. New York: The Guilford Press, 2016.